

SANDRA MARIA SILVA CUNHA

**A IMPULSIVIDADE NA TRANSGRESSÃO
JUVENIL: PROGRAMA DE PREVENÇÃO COM
JOVENS DO BAIRRO DA COVA DA MOURA**

Orientador: Pedro Pechorro

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Psicologia e Ciências da Vida

Lisboa

2016

SANDRA MARIA SILVA CUNHA

**A IMPULSIVIDADE NA TRANSGRESSÃO
JUVENIL: PROGRAMA DE PREVENÇÃO COM
JOVENS DO BAIRRO DA COVA DA MOURA**

Tese defendida em provas para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Forense e da Exclusão Social, no Curso de Mestrado em Psicologia Forense e da Exclusão Social, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no 10 de Março de 2016 com o Despacho Reitoral nº 134/2016 com a seguinte composição:

Presidente-Professor Doutor Calos Alberto Poiares

Arguente- Professor Doutor José Brites

Orientador: Professor Doutor Pedro Pechorro

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Psicologia e Ciências da Vida

Lisboa

2016

Agradecimentos

Em primeiro lugar e porque este trabalho não teria sido possível sem eles, o maior agradecimento aos meus pais e ao meu marido pelo apoio, incentivo e compreensão na realização deste trabalho. Sem o seu apoio nunca teria sido possível realizar este percurso nesta altura da minha vida. Obrigada por nunca me deixarem desistir.

Ao meu Orientador Professor Doutor Pedro Pechorro por todo o acompanhamento, apoio, disponibilidade e paciência durante a realização deste trabalho.

A todos os docentes, na área de Psicologia Forense e da Exclusão Social, pela partilha de saberes e disponibilidade sempre demonstrada.

A todos os jovens do Bairro da Cova da Moura, que todos os dias me fazem acreditar que não devemos desistir, que vale sempre a pena e que tudo é possível, se assim o quisermos.

Às minhas amigas pelo apoio, compreensão e incentivo desde o início e que foi fundamental para conseguir enfrentar as alturas mais difíceis.

Resumo

A presente investigação pretende desenvolver um programa de prevenção primária no âmbito das transgressionalidades juvenis. O programa Passo a Passo tem como objetivo reduzir os comportamentos impulsivos nos jovens moradores do Bairro da Cova da Moura, através do desenvolvimento de competências pessoais e sociais, assim como otimizar a prevenção de comportamentos transgressivos. O programa será desenvolvido na Associação Academia do Johnson Semedo, situada no Bairro da Cova da Moura. Tem como população alvo um grupo de 15 jovens, do género masculino e feminino, com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos, moradores no Bairro da Cova da Moura.

Palavras-chave: Adolescência; Transgressionalidades; Impulsividade; Prevenção

Abstract

This research aims to develop a primary prevention program in the field of youth transgressionality. The program, Step by Step, aims to reduce impulsive behaviors in young people living in Cova da Moura by developing personal and social skills, as well as optimize the prevention of a transgressive behavior .The program will be developed at the Academy Association of Johnson Semedo, located in Cova da Moura. Its target is a group of 15 people, males and females, between 14 and 18 years of age, residing in Cova da Moura.

Keywords: Adolescence; Transgressionality; Impulsiveness; Prevention

Lista de Siglas e Abreviaturas:

APA	American Psychological Association
BIS	Barrat Impulsivity Scale
CID-10	Classificação Internacional de Doenças
CLAS	Conselho Local de Ação Social
DSM IV	Diagnostic and Statistic Manual, fourth edition
DvC	Desinibição versus constrangimento
NE	Emocionalidade negativa
PE	Emocionalidade positiva
PSIJUS	Associação para a Intervenção Juspsicológica

Índice

INTRODUÇÃO.....	7
PARTE A – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
Capítulo I - A Adolescência	11
Capítulo II – Transgressionalidades Juvenis	18
Capítulo III – Delinquência Juvenil	22
Capítulo IV – Impulsividade	27
Capítulo V – Fatores de Risco e Fatores de Proteção na Adolescência	40
PARTE B – LEGITIMAÇÃO	54
PARTE C – METODOLOGIA E CARTOGRAFIA DO PROGRAMA	58
Metodologia.....	59
Cartografia do Programa	62
Estrutura Organizativa e Gestão do Programa	79
CONCLUSÃO.....	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
APÊNDICES	I
Apêndice I - Balanço de Competências	II
Apêndice II - Folha de Presenças.	III
Apêndice III - Consentimento Informado	IV
Apêndice IV - Portefólio Reflexivo de Aprendizagem	V
Apêndice V - Grelha de observação.....	VII

INTRODUÇÃO

Embora o conceito de adolescência tenha sofrido grandes alterações ao longo do tempo, esta fase de transição engloba diversas alterações biológicas, sociais e cognitivas nos jovens, integrando-os igualmente em contextos que lhes permitem vivenciar novas exigências e oportunidades que irão intervir no seu desenvolvimento psicológico (Sprinthall & Collins, 2003).

Os comportamentos transgressivos e as atividades delinquentes estão relacionados com a fase da adolescência e com todas as alterações inerentes a esta fase de transição. Negreiros (2001) considera que muitos dos comportamentos antissociais decorrem antes do jovem atingir a idade da responsabilidade criminal. Delinquência e perturbações do comportamento têm normalmente em comum a transgressão de normas sociais, sendo no entanto, a perturbação do comportamento considerada como um conjunto de comportamentos que seguem um determinado padrão, durante um determinado período de tempo e a delinquência considerada como um ato que pode ser isolado e que pode levar a uma condenação e posterior detenção (Negreiros, 2001).

Seja por influência da família, do grupo de pares ou por características específicas da sua personalidade, os adolescentes adotam muitas vezes comportamentos que podem vir a ser prejudiciais para a sua própria vida e para a vida dos outros. Muitos destes comportamentos resultam de atos impulsivos, atos que o adolescente realiza sem refletir previamente, seguindo um impulso e não considerando as suas consequências (Scharfetter, 2005), tornando-os vulneráveis a adotarem comportamentos de risco.

Esta dissertação tem como objetivo a construção de um programa de prevenção primária, de forma a diminuir ou evitar os comportamentos impulsivos nos jovens moradores do Bairro da Cova da Moura promovendo desta forma, o controlo sobre o comportamento evitando que os atos impulsivos promovam comportamentos aditivos, comportamentos sexuais de risco e situações no âmbito do tráfico de estupefacientes. Embora todos os sujeitos vivam inseridos em contextos sociais que por si só promovem a delinquência existem, no entanto, alguns meios sociais mais propícios à existência de comportamentos delinquentes, comportamentos que são mais específicos em certos grupos ou meios sociais (Born, 2005).

O Bairro da Cova da Moura pertence à freguesia da Buraca e encontra-se situado na zona oriental do concelho da Amadora. Foi na década de 80 que a Cova da Moura se tornou o maior bairro com moradores imigrantes em Portugal. As situações

económicas precárias, a falta de oportunidades profissionais, as atitudes discriminatórias e racistas de que eram vítimas forçaram estas pessoas a uma situação de isolamento social, concentrando-se em áreas mais degradadas.

Até ao ano de 1997, a maioria dos moradores não tinha quaisquer direitos políticos, sendo apenas possível a partir dessa data, uma participação política ativa, da comunidade cabo verdiana no exercício do seu direito de voto. No entanto e até aos dias de hoje, grande parte desta comunidade ainda se encontra em situação ilegal relativamente ao seu processo de documentação, o que apresenta implicações não só no âmbito de uma participação política ativa, como no que diz respeito ao mercado de trabalho, na medida em que são forçados a exercer as suas funções profissionais de forma irregular (Carvalho, 2010).

A população do bairro é maioritariamente constituída por moradores de origem africana e pelos seus descendentes, a sua maioria já nascidos em território português. A precariedade inerente às situações profissionais deve-se não só, aos baixos níveis de escolaridade, como às atitudes preconceituosas das entidades empregadoras que acabam por reduzir a atividade profissional destas pessoas a atividades menos valorizadas (Mendes, 2008).

Com uma população de aproximadamente 6000 habitantes, é uma população que integra um número significativo de jovens. As questões relacionadas com o tráfico de droga e com a delinquência juvenil obrigam a um esforço conjunto de entidades públicas e privadas e da comunidade, para reforçarem as medidas de prevenção e as intervenções necessárias, de forma a combaterem a exclusão e promoverem a inclusão social dos seus moradores (Malheiros et al., 2007).

Neste sentido, podemos considerar que o comportamento desviante encontra-se muitas vezes associado a um processo de sociabilização deficiente, na medida em que frequentemente a família, a escola e o sistema público não cumprem o seu papel, no sentido de promoverem a igualdade social levando a que a rua e o «grupo de rua» ocupem esse papel ao nível da sociabilização dos jovens. Esta situação está igualmente associada a graves problemas económicos e de privação social, inerentes à vida destes jovens. Frequentemente, verifica-se um processo de etnicização relativamente à pobreza, não apenas pelo fato de se verificar um maior número de habitantes de nacionalidade africana nos bairros mais degradados da periferia da grande Lisboa, sendo esta população considerada como um dos grupos com maior dificuldade económica da

sociedade portuguesa, mas também porque se verifica nestas situações, uma grande limitação ao processo de ascensão social, ao nível da ocorrência de processos discriminatórios e racistas para com essa população (Malheiros et al., 2007).

O estigma associado a esta realidade e a representação construída sobre bairros e grupos torna-se igualmente relevante para o desenvolvimento de conflitos e comportamentos desviantes. As questões relacionadas com a violência e os conflitos associados a questões étnicas estão igualmente associados a determinados estereótipos atribuídos a estes grupos minoritários pela restante população. Neste sentido, os órgãos de comunicação social têm um papel determinante em todo este processo, na medida em que contribuem frequentemente para a estigmatização de pessoas e bairros valorizando e expondo apenas os fatores negativos, mesmo que estes ocorram em menor número do que os fatores positivos (Malheiros et al., 2007).

Segundo os mesmos autores, estes bairros, que na sua maioria podem ser considerados espaços de exclusão, como o Bairro da Cova da Moura, tornam-se locais que provocam insegurança e perturbam a sociedade, sendo os seus habitantes vistos como pessoas com uma personalidade específica. Estas pessoas constantemente estigmatizadas pela sociedade acabam por assumir atitudes defensivas para o exterior, adotando comportamentos e formas de resistência face aos outros, que frequentemente acentuam os comportamentos violentos, principalmente nos jovens.

Torna-se deste modo urgente intervir ao nível da prevenção da delinquência, nomeadamente perante o crescente número de crimes e situações de violência da parte dos jovens a que assistimos diariamente (Genovés & Latorre, 1995).

Esta dissertação encontra-se dividida em três partes. A Parte A engloba cinco capítulos referentes à fundamentação teórica. Capítulo I - Adolescência; Capítulo II - Transgressionalidades Juvenis; Capítulo III - Delinquência Juvenil; Capítulo IV - Impulsividade; Capítulo V - Fatores de Risco e Fatores de Proteção na Adolescência. A parte B engloba um capítulo referente à legitimação do estudo e do programa. A parte C integra um capítulo referente à metodologia utilizada e à cartografia do programa de prevenção.

Esta dissertação foi realizada de acordo com as normas da APA ‘American Psychological Association’ em vigor.

PARTE A – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Capítulo I - A Adolescência

A Adolescência

Ao falar de transgressionalidades juvenis torna-se pertinente uma abordagem prévia da problemática da adolescência, das suas características e do seu desenvolvimento. Desde a antiguidade que a sociedade se preocupa com a questão da adolescência e os problemas inerentes a esta fase de transição. Platão dedicou o livro III de «A Republica» aos métodos de educação dos jovens tentando promover uma cidadania responsável, Aristóteles considerava os jovens impulsivos, emocionais e incapazes de tolerar críticas e Sócrates preocupava-se com o comportamento dos jovens, alegando que “As crianças agora amam o luxo. Têm más maneiras, desprezo pela autoridade. Mostram desrespeito pelos mais velhos e adoram conversar em vez de trabalhar. As crianças são agora os tiranos e não os criados dos seus lares”, (Weiner, 1995, p. 1).

Foi no entanto, em 1904 com G. Stanley Hall (cit. por Weiner, 1995) e com a publicação da sua obra «Psicologia Geral da Adolescência», que se iniciou uma nova fase de estudo sobre a problemática da adolescência. Segundo Hall, a adolescência é caracterizada por largos períodos de instabilidade, crises de identidade e diversos conflitos geracionais. Para Hall esta fase de desenvolvimento distingue-se claramente, tanto dos padrões de comportamento da infância, como dos padrões de comportamento adulto, pelos quais o adolescente haveria de passar no futuro. (Weiner, 1995).

Segundo Cordeiro (1997, cit. por Sprinthall & Collins, 2003), o termo adolescência não existia nas sociedades primitivas sendo nesta altura os adolescentes já considerados jovens adultos. Apenas nos últimos 150 anos, a sociedade ocidental reconheceu a infância e a faixa etária dos 6/7 aos 12/13 anos, como um período de desenvolvimento especial. Após o reconhecimento da existência desta fase de desenvolvimento, seguiu-se uma nova fase que trouxe grandes mudanças relativamente à forma como a fase da infância era apreendida. No seguimento destas mudanças, verificou-se igualmente no Séc. XX uma nova forma de lidar com a adolescência valorizando as suas necessidades e capacidades e as características dos adolescentes, reconhecendo desta forma a adolescência como uma fase inerente ao desenvolvimento humano (Sprinthall & Collins, 2003).

A origem etimológica da palavra adolescência «ad» ‘para’ «olescere» ‘crescer’ vem do latim e remete-nos para questões relacionadas com o desenvolvimento. Sendo a adolescência uma fase do desenvolvimento humano de transição para a idade adulta, é

por isso caracterizada por uma procura de identidade e afirmação pessoal sendo uma fase em que o adolescente se encontra frequentemente numa condição emocional instável, inserido num processo de construção de conceitos e procura de novas referências.

Esta fase de transição é caracterizada por alterações a vários níveis, alterações a nível biológico, cognitivo, social ou emocional, que têm sido consideradas e estudadas por vários autores ao longo do tempo. As diversas alterações biológicas que ocorrem na adolescência como por exemplo o peso, a altura e o desenvolvimento dos órgãos sexuais, interferem e alteram não só o seu corpo, como também o comportamento do adolescente, iniciando assim a fase da puberdade e o início da fase da adolescência (Braconnier & Marcelli, 2000).

Relativamente às alterações ocorridas a nível cognitivo, que ocorrem desde o nascimento até à idade adulta, considerando os estágios de desenvolvimento de Piaget (1993), podemos considerar que o adolescente integra o último estágio de desenvolvimento cognitivo, o estágio das operações formais. Piaget descreveu quatro estágios de desenvolvimento, cada um com as suas características próprias e com desenvolvimentos da estrutura psicológica que diferem nas várias faixas etárias. O primeiro estágio identificado por Piaget, estágio sensório motor, situa-se dos 0 aos 2 anos e caracteriza-se essencialmente por uma inteligência prática baseada nas sensações e movimentos. O segundo estágio, estágio pré-operatório, situa-se dos 2 aos 7 anos e é caracterizado pelo egocentrismo intelectual, a capacidade de representação mental, o animismo e o pensamento mágico. O terceiro estágio, estágio das operações concretas, situa-se dos 7 aos 11/12 anos e integra o pensamento lógico e a capacidade de compreender a existência de conceitos. O quarto estágio, estágio das operações formais, situa-se dos 12 aos 16 anos e caracteriza-se pela existência do pensamento abstrato e pelo raciocínio hipotético dedutivo, sendo este o estágio referente à adolescência. Segundo Piaget, o adolescente adquire uma maior capacidade de abstração, de pensamentos abstratos e uma maior flexibilidade de raciocínio (Sprinthall & Collins, 2003).

No seguimento da teoria de Piaget, Kohlberg (1984, cit. por Feldman, 2001) define uma teoria de desenvolvimento moral definida em três níveis de raciocínio moral. No nível pré-convencional, que faz parte da fase da infância, existe uma orientação para a obediência e para a punição, em que a obediência tem o objetivo de evitar a punição. O nível convencional, característico da fase da adolescência, define uma preocupação em manter o respeito e a aprovação dos outros, existindo a preocupação da

parte do adolescente em corresponder às expectativas dos outros. Por último, Kohlberg (1984, cit. por Feldman, 2001) considera o nível pós-convencional já característico do início da idade adulta, que se define pela utilização dos valores morais, existindo a preocupação de fazer o que está correto (Feldman, 2001). Neste sentido e segundo esta teoria de desenvolvimento moral, é possível ao adolescente assumir a perspectiva social dos outros, tendo a capacidade de se colocar no lugar do outro em termos emocionais (Sprinthall & Collins, 2003).

Outra teoria relevante na explicação do comportamento do adolescente é a teoria do desenvolvimento psicossocial de Erikson (1963, cit. por Feldman 2001), que evidencia a procura de identidade no período da adolescência, integrando o adolescente no estágio da «identidade vs confusão de papéis». Nesta fase o adolescente tenta determinar o que tem de único e especial, tentando identificar desta forma a sua identidade. Esta é considerada uma fase conturbada, pois o adolescente sente-se pressionado a definir os seus objetivos futuros e essa pressão, em conjunto com todas as alterações que integram esta fase, pode proporcionar uma situação angustiante nesta etapa da sua vida. É igualmente neste estágio que o grupo de pares passa a ter um papel fundamental na vida do adolescente, no sentido em que este passa a ter relações mais próximas com os amigos, perdendo assim a dependência dos adultos e tentando desta forma encontrar a sua identidade. (Feldman, 2001).

A adolescência é uma etapa que integra diferentes fases e características específicas ao longo do processo de desenvolvimento. Para Bronfenbrenner (1979) ao longo de toda a vida e principalmente desde o seu início, o desenvolvimento e o comportamento humano estão diretamente relacionados com a interação entre o ser humano e o seu ambiente. Segundo o modelo bioecológico desenvolvido por Bronfenbrenner, o sujeito e o contexto em que este se insere, relacionam-se e definem-se reciprocamente. Para melhor compreender e explicar o desenvolvimento e o comportamento humano, Bronfenbrenner apresentou o modelo ecossistémico em que o sujeito está inserido. Este é constituído pelo Microsistema 'contextos de maior proximidade em que o sujeito está diretamente inserido', Mesossistema 'constituído pelas interações entre os microsistemas', Exossistema 'contextos que não implicam a participação direta do sujeito', Macrosistema 'sistema mais alargado que integra padrões socioculturais, valores culturais e políticos, modelos económicos e condições sociais' e Cronossistema 'período em que o indivíduo vive, inserindo assim uma

dimensão temporal no contexto da vida do sujeito'. Segundo este modelo fundamental para a compreensão do desenvolvimento do ser humano considera-se todos os elementos implícitos na vida do sujeito, para explicar o seu desenvolvimento e comportamento nas várias fases da vida.

Sendo a adolescência uma etapa da vida em que predominam as incertezas, a instabilidade e os conflitos, a família torna-se fundamental para o desenvolvimento dos adolescentes, na medida em que é no contexto familiar que o adolescente encontra as bases para a formação da sua identidade e a sua adaptação ao mundo exterior. Baumrind (1965) faz a distinção entre vários contextos familiares, distinguindo desta forma as famílias autoritárias, autorizadas e permissivas, sendo que os filhos de famílias autorizadas transformam-se em jovens mais responsáveis e independentes do que os jovens cujas famílias adotam uma educação mais autoritária ou permissiva (Sprinthall & Collins, 2003).

O contexto familiar em que os adolescentes estão inseridos, independentemente do estilo de educação adotado, está no entanto em constante desenvolvimento. As alterações físicas que ocorrem na adolescência criam certas expectativas e exigências da parte dos progenitores relativamente aos filhos, à medida em que essas alterações se vão evidenciando. No entanto, também os progenitores passam por alterações e problemas inerentes à chamada crise de meia-idade, problemas esses que associados a diversas tensões profissionais, entre outras, são fatores suscetíveis de intervir e alterar toda a dinâmica familiar (Sprinthall & Collins, 2003).

Assim como o contexto familiar em que o adolescente está inserido é crucial para o seu crescimento e para o desenvolvimento da sua identidade, também o grupo de pares é fundamental nesta fase de transição, permitindo-lhe adquirir estabilidade ou em situações inversas, instabilidade, caso estes contextos sejam desajustados. Ao contrário do período da infância, em que a criança está mais tempo com os adultos do que com outras crianças, o adolescente passa mais tempo com os seus amigos do que com a sua família, preferindo muitas vezes os amigos e colegas que façam parte do seu meio social, sendo mais frequente no início da adolescência os jovens relacionarem-se com amigos do mesmo sexo. É neste contexto que o adolescente continua a desenvolver a sua identidade, valorizando a partilha de sentimentos e pensamentos, sendo estas relações entre pares, durante a adolescência, um forte preditor de um bom equilíbrio na sua vida adulta (Sprinthall & Collins, 2003).

Segundo Weiner (1995), ao existir ausência de um forte acompanhamento parental, verifica-se uma maior possibilidade dos jovens serem influenciados pelos seus pares relativamente à adoção de comportamentos de risco. Assim como o contexto familiar em que o adolescente está inserido pode ter uma forte influência no comportamento do jovem e ser um dos elementos que pode justificar os seus comportamentos transgressivos, o grupo de pares torna-se outro reforço importante do seu comportamento (Born, 2005).

A sua personalidade, os fatores económicos e sociais, os contextos familiares e escolares e os amigos e colegas do mesmo sexo e do sexo oposto, vão influenciar a sua evolução a nível psicológico (Almeida, 2003). Segundo o mesmo autor, o desenvolvimento psicológico do adolescente evolui simultaneamente a nível emocional, sexual, intelectual e social. A consciencialização das mudanças físicas, a aquisição de novos tipos de relações, a aquisição de um comportamento social consciente, o desenvolvimento de uma personalidade equilibrada de acordo com a cultura em que está inserido e a capacidade de planeamento do futuro, estão associados ao seu processo de desenvolvimento psicológico.

Dada a importância desde desenvolvimento psicológico e a formação da sua identidade, as escolhas que o adolescente faz, desde a sua infância até à fase da adolescência, irão afetar o seu futuro a todos os níveis. Se por um lado existem adolescentes que adotam padrões de vida equilibrados e se integram na sociedade em que estão inseridos, outros adotam padrões de vida baseados em comportamentos desviantes. Esses comportamentos desviantes têm diversos fatores de risco associados, que são determinantes para o seu início e para a sua continuidade.

A relação do adolescente com o grupo de pares e a impulsividade são dois dos diversos fatores de risco associados a comportamentos transgressivos, predominando na delinquência juvenil (Born, 2005). Segundo o DSM-IV, a impulsividade integra um dos critérios para a Perturbação Anti-Social da Personalidade, caracterizada por incapacidade para planear antecipadamente (Born, 2005).

No seguimento destas características, a Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10, integra a impulsividade e a falta de autocontrolo no transtorno de personalidade emocionalmente instável. As características predominantes do tipo impulsivo, aqui consideradas são “instabilidade emocional e falta de controlo de

impulsos. Acessos de violência ou comportamento ameaçador são comuns, particularmente em resposta a críticas de outros” (F60.3 / F60.30. p. 200).

Neste sentido, considerando a impulsividade como um dos fatores de risco associado às transgressionalidades juvenis, torna-se pertinente investir nos fatores de proteção, em programas de prevenção que diminuam e evitem este tipo de comportamento e consequentemente evitem os comportamentos transgressivos nos adolescentes.

Capítulo II – Transgressionalidades Juvenis

Transgressionalidades Juvenis

A transgressão por si só, se por um lado pode ser necessária para o desenvolvimento, crescimento e processo de aquisição de novas formas de sociabilização nos jovens, por outro pode levar ao desenvolvimento de comportamentos delinquentes, em que a transgressão à lei é uma constante. O comportamento desviante e a participação em atividades criminosas pode ser, no entanto, considerado um fenómeno transitório, verificando-se uma maior incidência deste tipo de comportamentos em jovens do sexo masculino (Negreiros, 2001).

Qualquer abordagem realizada à questão da transgressão juvenil, está diretamente relacionada com a questão da norma, do desvio, da delinquência, do crime, das questões inerentes à socialização e aos seus controlos sociais. Todas as sociedades possuem as suas próprias normas, normas que quando são transgredidas ficam sujeitas a sanções e respetiva punição (Cusson, 2006). “Qualquer ato pode ser desviante, basta que uma regra o proíba e que, por via disso, seja sancionado” (Cusson, 2006, p. 96).

Temos no entanto que diferenciar a questão da transgressão e de crime, na medida em que uma transgressão é uma violação a uma regra ou norma em vigor, podendo ser sinónimo de crime ou de um desvio concreto em função de uma norma concreta. No âmbito das ciências sociais não deverá ser encarada como sinónimo de crime, mas sim como uma infração praticada. Será a prevalência da transgressão cometida que irá definir as suas consequências futuras.

Podemos enquadrar as transgressionalidades juvenis no âmbito dos comportamentos sociais, justificando desta forma a relevância do processo de socialização e do processo de aprendizagem dos jovens. Para Born (2005) a socialização é um processo que promove a aprendizagem e a interiorização dos papéis sociais, valores e normas, permitindo assim ao jovem a aquisição de ferramentas fundamentais à sua adaptação social, permitindo-lhe adquirir e reforçar as normas sociais que guiam o seu comportamento.

A noção de crime tem sido estudada por vários autores ao longo dos tempos, surgindo desde então várias teorias sobre a sua especificidade e sobre os seus atores. Segundo Cusson, (2006), as normas sociais variam consoante os países e as épocas em que prevalecem. A desviância é uma transgressão das normas sociais e estes comportamentos, quando adotados de forma prolongada, promovem a marginalidade nos sujeitos que os adotam, inserindo-os no âmbito da delinquência, aqui já manifestada

através de comportamentos específicos como furtos, roubos, fraudes, violência, tráfico ilícitos, comportamentos desviantes que promovem a transgressão de normas e que são sujeitos a serem sancionados (Cusson, 2006).

Segundo Negreiros (2001), além da análise necessária ao período de desenvolvimento dos jovens e dos comportamentos transgressivos que estes adotam torna-se pertinente analisar igualmente a sua durabilidade, a sua intensidade e os fatores causais mais relevantes, permitindo desta forma identificar o significado atribuído pelo jovem a estes comportamentos. Embora possam ser considerados por alguns como comportamentos transitórios, os comportamentos delinquentes podem ter continuidade, levando o jovem a adotar um estilo de vida delinquente promovendo ao longo do tempo, inúmeras alterações no seu funcionamento cognitivo, alterações essas que segundo Cusson (2006), podem explicar algumas situações, como por exemplo, a dificuldade em prever as consequências dos atos praticados e a tendência para reconhecer e valorizar mais a recompensa do que a punição.

A recusa dos valores impostos pelas figuras representativas levam o adolescente a recusar qualquer modelo proposto ou imposto, levando-o a reformular os valores adquiridos na infância, definindo pouco a pouco a sua personalidade, permitindo desta forma que a relação entre a adolescência e a transgressão possa ser necessária dentro dos contextos normativos, para o seu desenvolvimento, para a sua socialização e como forma de adaptação.

Embora esta relação se enquadre nos parâmetros considerados normais na fase da adolescência, importa analisar mais profundamente a questão da delinquência e as características comuns, aos jovens que adotam comportamentos que evoluem das transgressões inerentes à sua faixa etária, para comportamentos que se encaixam em quadros de delinquência. Existe uma elevada associação entre determinadas situações familiares e diversos fatores ambientais, que levam o jovem a enveredar pelos caminhos da delinquência. As figuras representativas da autoridade, mesmo de forma inconsciente, estão sujeitas à influência da sociedade, na medida em que essa influência permite definir quem se enquadra no âmbito da delinquência e assim quem terá o rótulo de delinquente perante a sociedade. (Sprinthall & Collins, 2003).

Considerando que o conceito de delinquência implica um contato com os dispositivos formais através de ações de caráter público e normalmente através de meios coercivos, em que os comportamentos considerados delinquentes incluem ações que são

consideradas crime (Negreiros, 2001), importa enquadrar neste trabalho a questão da delinquência, na medida em que muitos dos jovens moradores no Bairro da Cova da Moura correspondem a esta realidade pelo fato de já terem tido contato oficial com a justiça.

Capítulo III – Delinquência Juvenil

Delinquência Juvenil

Segundo Almeida (2003), para uma melhor compreensão da delinquência entre os adolescentes, temos igualmente que a enquadrar nas características desta faixa etária, considerando igualmente que alguns destes comportamentos poderão seguir um padrão normativo nesta idade. Um jovem é considerado delinquente, quando adota comportamentos que transgridem as leis impostas, na medida em que as desrespeita e viola. Estes comportamentos têm no entanto, uma maior ocorrência em países mais desenvolvidos, variando assim a sua frequência segundo o grau de desenvolvimento e características de cada país.

No âmbito de uma perspetiva psicológica e segundo Weiner (cit. por Almeida, 2003, p. 131), os delinquentes podem ser definidos como delinquentes sociológicos, caraterológicos e neuróticos. Weiner considera sociológico o delinquente inserido num grupo, num gangue, funcionando através de uma organização social, que em conjunto, de forma voluntária e com os mesmos fins sociais, adotam esse tipo de comportamento. Comparativamente à definição anterior, o delinquente caraterológico, não está inserido em bandos, pode ser definido como solitário, impulsivo, agressivo, não confiando nos outros e desprezando mesmo os sentimentos de quem o rodeia. Estes jovens foram normalmente negligenciados na sua infância, no seu contexto familiar, ao nível dos afetos, da falta de disciplina, ou simultaneamente integrados em contextos familiares em que os comportamentos antissociais eram uma constante. Relativamente ao delinquente neurótico e ao contrário das definições anteriores, este não se insere em grupos, nem apresenta graves lacunas no seu caráter. Tendo uma infância relativamente equilibrada, é no período da adolescência que começam a surgir os problemas, no sentido em que o jovem considera que não existe interesse nem preocupação da parte dos progenitores para os problemas que considera ter, levando-o diversas vezes a adotar comportamentos desviantes, cometendo delitos sem qualquer motivo aparente, apenas com o objetivo de chamar a atenção sobre si mesmo.

Para Tafrate e Mitchell (2014), existem diversas variáveis de risco, consideradas relevantes para o desenvolvimento de comportamentos criminais. A data de início e a continuidade do comportamento antissocial, a personalidade antissocial do sujeito, relativamente ao seu estilo de vida aventureiro, a busca intensa de prazer, o fraco ou inexistente controlo pessoal, as atitudes, valores e crenças relativamente ao crime em si, o forte envolvimento mantido com o grupo de pares já inseridos em

atividades criminais, o isolamento social, o vínculo familiar, a ausência de controlo parental, o grau de satisfação sentida na escola ou no trabalho e a qualidade do seu desempenho, o fraco envolvimento e satisfação na participação de outras atividades e o abuso de álcool e drogas, são variáveis preditivas para o desenvolvimento e manutenção de comportamentos inseridos em quadros de criminalidade.

Segundo Born (2005), a delinquência pode ser enquadrada em diferentes perspetivas, para a sua melhor compreensão. Na perspetiva psicossocial, a delinquência é obrigatoriamente inserida na sociedade em que tem lugar, visto que é através das suas normas e leis vigentes que um determinado comportamento é definido como delinquente, variando e evoluindo no entanto, no espaço e no tempo, na medida em que um comportamento considerado delituoso numa determinada sociedade ou num determinado espaço de tempo, poderá não o ser da mesma forma, noutra contexto ou espaço temporal. No seguimento desta perspetiva, os contextos sociais e legais determinarão a gravidade dos comportamentos delinquentes, levando-nos assim, a uma perspetiva criminológica, em que a severidade da pena aplicada a determinada infração determinará a sua gravidade. No entanto, nem sempre a aplicação da lei está de acordo com a posição da opinião pública, para quem a gravidade dos delitos, pode vir a ter diferentes interpretações. Segundo a perspetiva desenvolvimental, torna-se necessário compreender a génese da delinquência, olhando assim para duas realidades diferentes, a macrogénese, em que é considerada toda a vida do sujeito e o que o levou a ter determinado comportamento, a passar ao ato em si, e a microgénese, que considera todos os aspetos e fases da vida do sujeito, não só anteriores à passagem ao ato em si, como todas as situações inerentes a determinado comportamento quando este acontece. No seguimento destas perspetivas, a perspetiva clínica, considerada pelo mesmo autor, visa compreender o funcionamento interno do sujeito, tentando desta forma definir a sua personalidade delinquente.

No seguimento das várias teorias e interpretações existentes, Cusson (2006), considera a delinquência crónica e a delinquência ocasional. A delinquência ocasional tem normalmente o seu início na fase da adolescência, terminando no entanto, quando o jovem é integrado em contexto profissional e quando existe um contexto familiar estável. Os delinquentes habituais possuem características que os evidenciam, características essas, que se manifestam na forma como vive e não tanto na sua personalidade. Estes jovens não estão integrados em contextos familiares equilibrados e

não existe qualquer integração a nível profissional, possuindo igualmente várias lacunas a nível educativo e a nível cognitivo, na medida em que carecem da capacidade para resolver problemas mais complexos, vivendo o momento presente e adotando comportamentos impulsivos, sendo mesmo frequente a desculpabilização do próprio, atribuindo a culpa aos outros.

A quantidade de delitos cometidos por estes jovens, considerados delinquentes habitais, são preditivos da sua reincidência, na medida em que quanto maior o número de delitos praticados, maior é a taxa de reincidência do seu comportamento. O estilo de vida assumido pelo jovem e o meio social em que está inserido são fundamentais para a manutenção dos comportamentos delinquentes. A procura intensa de prazer e de sensações fortes e a dependência que essas sensações provocam nos jovens, levam à sua reincidência nestas atividades (Cusson, 2006).

As atividades criminosas desenvolvem-se num meio social próprio que permite o seu desenvolvimento e a sua continuidade, existindo uma relação entre a delinquência em si e a relação mantida entre os jovens delinquentes (Cusson, 2006). Neste sentido, vários autores têm tentado explicar esta associação, assim como todo o processo de aprendizagem social da delinquência.

Sutherland (1939, cit. por Cusson, 2006) considera que a aprendizagem do comportamento na adolescência, seja comportamento delinquente ou não delinquente, está diretamente relacionada com a comunicação e relação que o jovem mantém com outros pares. Neste sentido, todo este processo se encontra diretamente relacionado com os grupos primários e com certos grupos de pares, que num quadro de delinquência, permitem uma aprendizagem de atitudes que podem ou não promover comportamentos desviantes relativamente à violação das leis vigentes. No seguimento desta teoria, a teoria da aprendizagem social de Akers (1973, 1994, cit. por Cusson, 2006) é outra teoria apresentada neste sentido, sendo no entanto um modelo que não se apresenta válido para crimes considerados mais graves. Os eixos centrais considerados por Akers (1973, 1994, cit. por Cusson, 2006), como base da sua teoria, são as definições, a associação diferencial, o reforço diferencial e a imitação. Os comportamentos desviantes são aprendidos pelo jovem na companhia dos seus pares, em que o seu comportamento é reforçado diferencialmente, em relação a outros comportamentos não desviantes e em que as próprias definições do jovem o direcionam para a aquisição e consequente realização de comportamentos desviantes.

Hirschi (1969), no seu livro «Causes of delinquency» apresenta a teoria do vínculo social, considerando a vinculação, o empenhamento, o envolvimento e a crença como eixos fundamentais do vínculo social. Segundo Hirschi (1969), o jovem delinquento apresenta uma menor vinculação familiar, menor empenho nas tarefas escolares e nas atividades com outros jovens, que não fazem parte do seu grupo de pares. No entanto e embora esta teoria tenha tido bastante influência para a explicação e compreensão da questão da delinquência, foi alvo de algumas críticas, na medida em que não demonstra ser aplicada a todos os tipos de crime, não considera a questão do género e da faixa etária dos jovens e não explica devidamente a relação existente entre as alterações macro-sociais e a sua influência na questão da vinculação.

De acordo com os diversos conceitos de transgressão juvenil e delinquência juvenil defendidos por vários autores ao longo dos tempos, estes podem ser considerados bastante complexos e variáveis, sofrendo no entanto a influência de um conjunto de fatores de risco e de proteção associados a estes contextos. Considerando os diversos fatores de risco da delinquência juvenil, a impulsividade como expressão de comportamento, apresenta-se como um forte preditor de comportamentos de risco, na medida em que quanto maior o grau de impulsividade nos jovens, maior o número de comportamentos desviantes praticados. A passagem ao ato independentemente da sua gravidade, resulta do percurso de vida de cada um. Enquanto alguns jovens assumem comportamentos criminais para alcançar os seus objetivos, outros jovens assumem comportamentos não transgressivos para alcançar os mesmos objetivos (Born, 2005).

Capítulo IV – Impulsividade

Impulsividade

O conceito de impulsividade tem sido amplamente estudado ao longo do tempo, existindo diversos conceitos sobre o seu significado, verificando-se no entanto, alguma contradição entre as diferentes linhas teóricas que abordam este construto (Whiteside & Lynam, 2001). A dificuldade existente em associar a impulsividade a uma área específica da personalidade levou a que esta dimensão fosse considerada por alguns autores, como um fator independente (Squillace, Janeiro & Schmidt, 2011). A compreensão do fenómeno da impulsividade torna-se relevante para melhor compreender não só as diferenças individuais referentes à própria personalidade, como as diversas patologias a que está associada.

O conhecimento do desenvolvimento da criança nos primeiros anos de vida mostra-nos ser fundamental a identificação precoce de alguns sinais de alerta, de forma a permitir uma intervenção adequada desde o início, precavendo desta forma futuros comportamentos desajustados. As crianças que desde tenra idade apresentam comportamentos de tipo impulsivo, caracterizados por hiperatividade motora, são normalmente consideradas crianças agressivas, apresentando dificuldades em manter a atenção, procurando constantemente novas experiências sensoriais e sendo muitas vezes confundidas com crianças portadoras da perturbação de hiperatividade e défice de atenção (Vilela et al., 2011). Vários autores consideram a impulsividade como uma característica psicológica inerente à fase pré-escolar da criança, que deverá ser devidamente orientada, de forma a permitir à criança ser capaz de adquirir uma maior capacidade de reflexão e um maior controlo dos impulsos no futuro (Maccoby, 1980; cit. por Cruz & Borges, 1992).

Os diversos estudos já realizados e algumas das definições atribuídas à impulsividade definem a impulsividade como um padrão de comportamento maioritariamente conotado pela negativa. Agir sem pensar previamente, a incapacidade para adiar uma resposta, a não consideração das aprendizagens anteriores, a falta de capacidade para prever as futuras consequências das ações, a falta de persistência no desenvolvimento de tarefas, a incapacidade de planeamento de ações, a dificuldade em controlar emoções, a falta de concentração e controlo motor, entre outras, são algumas das definições associadas à impulsividade (Cruz & Borges, 1992).

O comportamento impulsivo pode ser visto pela sociedade de uma forma contraditória, na medida em que as diferenças individuais de cada sujeito, inerentes à

impulsividade, estão relacionadas com diversos comportamentos socialmente relevantes.

Existem, no entanto, situações em que os atos impulsivos podem mesmo ser considerados desejáveis, podendo funcionar como forma de adaptação a diversas situações. A impulsividade, como dimensão da personalidade, pode mesmo ser considerada uma das dimensões que exercem maior influência nas diversas áreas de atividades dos seres humanos (Patton & Stanford, 2011).

Já desde a civilização grega que existe a preocupação da compreensão do comportamento humano e a existência de uma reflexão sobre a racionalidade do sujeito. Desde essa altura, que os seres humanos são considerados seres racionais, agindo de forma racional na sua tomada de decisão. No entanto, mesmo considerando esta racionalidade, certos comportamentos mais desajustados, como por exemplo, o vício do jogo, a aquisição de maus hábitos alimentares ou o gasto excessivo de dinheiro, comportamentos que podem vir a ter consequências negativas a longo prazo, remetem-nos para um comportamento humano impulsivo, considerando aqui a impulsividade como um comportamento inerente ao ser humano, podendo ser mesmo considerado que muitos dos crimes cometidos, podem igualmente ser cometidos por impulso (Perna, 2010).

Ao falar da impulsividade como expressão de comportamento, torna-se pertinente enquadrar este padrão comportamental, no âmbito das características da personalidade. Segundo Pervin e Oliver (2004) “A personalidade representa aquelas características da pessoa que explicam padrões consistentes de sentimentos, pensamentos e comportamentos” (Pervin & Oliver, 2004, p. 23). Para identificar as diversas dimensões humanas, que servem para diferenciar as pessoas entre si, foram apresentadas várias teorias sobre as características permanentes na personalidade de cada um, os traços de personalidade, que promovem a diferenciação entre as pessoas. Para Allport (1961, 1966, cit. por Feldman, 2001, p. 481), podemos considerar 3 categorias de traços, os traços cardinais, centrais e secundários. Um traço cardinal é uma das características únicas da pessoa que servirá como orientação para todas as suas atividades. Os traços centrais são considerados como características essenciais na pessoa, como por exemplo, a sua honestidade, podendo ser integrados uma série de traços centrais na sua personalidade. Os traços secundários são considerados como as características que menos influenciam a pessoa e o seu comportamento nas situações.

Posteriormente, foi utilizada a análise fatorial como técnica estatística, no âmbito da classificação dos traços de personalidade, com o propósito de sintetizar as relações entre um maior número de variáveis, num número mais pequeno e de forma mais geral, identificando desta forma os traços mais relevantes na personalidade de cada um. Cattell (1965, cit por Feldman, 2001), através desta técnica identificou 16 traços básicos de personalidade, permitindo-lhe construir posteriormente o Questionário dos Dezassex Fatores da Personalidade, como medida de avaliação que atribui determinados valores a cada um dos traços de personalidade identificados. Utilizando igualmente a análise fatorial para estudar os traços de personalidade, Eysenck (1975; 1994; Eysenck, H. J. & Eysenck, M. W., 1985; Eysenck et al., 1992, cit. por Feldman, 2001) chegou a conclusões diferentes sobre a personalidade. Para Eysenck a personalidade pode ser definida em três eixos fundamentais, a extroversão, na medida em que se relaciona com o fator da sociabilidade em si, o neuroticismo que se relaciona com a estabilidade emocional do sujeito e o psicoticismo que está relacionado com a forma como a realidade é distorcida pelo sujeito (Feldman, 2001).

Para alguns autores a impulsividade pode ser considerada como uma tomada de decisão sem a devida consideração relativamente às suas implicações e consequências, estando relacionada com o controlo do sujeito sobre o seu pensamento e o seu comportamento. Para outros autores, o comportamento impulsivo relaciona-se diretamente com o traço de extroversão definido por Eysenck e à pontuação associada a este traço (Araújo, Malloy-Diniz & Rocha, 2009). A extroversão como uma das dimensões da personalidade, segundo este autor, está diretamente relacionada com certas características como a atividade, a sociabilidade, o entusiasmo, o otimismo e a diversão, relacionando-se igualmente com uma maior abertura à experiência da parte dos sujeitos e à busca de novas sensações, características mais associadas ao comportamento impulsivo.

No seguimento dos diversos trabalhos realizados sobre a relação entre o funcionamento neurobiológico e a personalidade e no seguimento do trabalho realizado por Eysenck (1990, cit. por Pervin & Oliver, 2004), Clark e Watson (1999, cit. por Pervin & Oliver, 2004), apresentam um modelo referente às diferenças individuais do temperamento que vai ao encontro dos fatores definidos por Eysenck (1990, cit. por Pervin & Oliver, 2004). Estes autores consideram como fatores fundamentais relacionados com o temperamento do sujeito, a NE emocionalidade negativa, a PE

emocionalidade positiva e a DvC desinibição versus constrangimento. Embora o terceiro fator aqui considerado DvC desinibição versus constrangimento, não implique o aspeto afetivo, está no entanto relacionado com a regulação afetiva, na medida em que os sujeitos que apresentam resultados altos neste fator são sujeitos impulsivos, orientados para as sensações do momento e imprudentes, ao contrário dos sujeitos que apresentam baixos resultados e que são prudentes e conscientes das consequências a longo prazo do seu comportamento. Relativamente ao estilo de vida adotado pelos sujeitos que apresentam resultados mais altos neste terceiro fator, estes apresentam um pior desempenho a nível escolar e profissional, adotando um estilo de vida mais boémio, preferindo normalmente um estilo de vida noturno, em que os consumos de álcool, tabaco e drogas são mais elevados, assim como no âmbito da sua vida sexual, em que se apresentam sexualmente mais ativos, tanto na variedade das suas relações, como na frequência dos seus atos (Pervin & Oliver 2004).

Segundo Arce e Santisteban (2006), a impulsividade pode ser definida através de três diferentes perspetivas, a perspetiva cognitiva, a perspetiva comportamental e a perspetiva caraterológica. Seguindo esta última perspetiva, Eysenk (cit. por Arce & Santisteban, 2006) relaciona o comportamento impulsivo com a falta de planeamento e com a rapidez mental na tomada de decisões. Outras teorias utilizando classificações diferentes, vão ao encontro da teoria de Eysenk, definindo a impulsividade como uma procura intensa de novidades, como uma dependência da recompensa (Cloninger, 1987, cit. por Arce & Santisteban, 2006), como busca de novas sensações (Zuckerman, 1984, cit. por Arce & Santisteban, 2006) ou classificando-a como uma abordagem comportamental (Gray, 1987, cit por Arce & Santisteban, 2006). Segundo a abordagem comportamental, a impulsividade não passa de um conjunto de ações mal concebidas, arriscadas, expressas prematuramente, quase sempre resultando em consequências negativas para o sujeito (Evenden, 1999, cit. por Arce & Santisteban, 2006).

Neste contexto a impulsividade é definida como um traço de personalidade inerente a alguns sujeitos, em que estes visam a aquisição de uma recompensa mais rápida, embora mais pobre, no lugar de uma recompensa mais gratificante, embora mais tardia (Ainslie, 1975, cit. por Arce & Santisteban, 2006). Segundo a perspetiva biopsicossocial e combinando as perspetivas cognitivas, comportamentais e caraterológicas, Moeller et al. (2001, cit. por Arce & Santisteban, 2006), consideram que a impulsividade deve conter as seguintes dimensões: 1) diminuição da sensibilidade

a aspetos negativos; 2) reações rápidas e não planeadas a estímulos, sem considerar toda a informação adjacente; 3) falta de consideração das consequências a longo prazo.

No âmbito de um contexto de psicopatologia, o comportamento impulsivo deve ser considerado de três formas diferentes: 1) realizar ações de forma rápida, sem consciência ou premeditação; 2) Não apresentar um pensamento adequado perante o comportamento; 3) realizar ações com menos premeditação, relativamente a sujeitos possuidores de um nível igual de capacidades e conhecimentos (Arce & Santisteban, 2006).

Relativamente ao auto-controlo, Loewenstein (1996, cit. por Arce & Santisteban, 2006) e segundo uma perspetiva biopsicossocial considera que muitas vezes os sujeitos, mesmo tendo conhecimento das suas ações, têm comportamentos contrários aos seus próprios interesses. Nesta situação, não existe capacidade para traduzir as cognições em ações, existindo um comportamento impulsivo da parte do sujeito, mesmo tendo consciência das consequências negativas do seu ato, como por exemplo em situações de consumos de drogas (Arce & Santisteban, 2006).

A adolescência é o período mais propício aos comportamentos impulsivos, na medida em que existe uma maior propensão à experimentação de novas situações, permitindo desta forma uma maior exposição a situações de risco. A relação entre impulsividade e comportamentos de risco associados a questões de saúde estão diretamente relacionados, existindo no entanto uma maior propensão para a adoção de comportamentos impulsivo - agressivos, nos homens do que nas mulheres. Vários estudos já realizados apresentam uma relação entre a impulsividade e alguns comportamentos de risco, como por exemplo o consumo de álcool, comportamento muito frequente, na origem de comportamentos desviantes, nos jovens moradores do Bairro da Cova da Moura. Existe no entanto, alguma controvérsia relativamente às causas e às consequências desta associação, na medida em que, se por um lado, alguns autores defendem que existem características diferentes entre os homens e as mulheres, quanto ao comportamento agressivo e o consumo de álcool, considerando que estas diferenças envolvem fatores cognitivos, comportamentais e hereditários, por outro lado, não existem estudos suficientes que suportem a compreensão da relação entre o comportamento impulsivo e o consumo de álcool entre homens e mulheres (Scheffer & Almeida, 2010).

Barratt (1959, 1993) foi um dos autores que mais se destacou no estudo da impulsividade. Para este autor, a impulsividade pode ser definida como um traço de personalidade que pode ser relacionado com a tendência para realizar ações sem serem previamente planeadas e que normalmente se traduzem em comportamentos inadequados. Em 1959, através da Barrat Impulsivity Scale (BIS), Barrat propunha relacionar a impulsividade com a ansiedade e a eficiência psicomotora, tornando-se numa das escalas mais utilizadas para estudar esta dimensão da personalidade. Atualmente, a versão da escala (BIS-11), de Patton, Stanford e Barratt (1995), considera três eixos fundamentais para avaliar o comportamento impulsivo, a atenção, ou seja, dificuldade para fixar a atenção por um maior período de tempo, a impulsividade motora ou seja, agir sem pensar e o não planeamento de ações (Batista & Rueda, 2011).

A impulsividade é igualmente mencionada nos critérios de diagnóstico do DSM-IV (American Psychiatric Association, 1994), como um dos critérios que integram várias desordens psiquiátricas, como a mania e transtornos de conduta. Este critério é igualmente considerado no déficit de atenção e hiperatividade (ADHD; Moeller et al., 2001; Volkow & Fowler, 2000, cit. por Perna, 2010). Embora alguns comportamentos relacionados com o controlo de impulsos possam integrar os critérios do DSM-IV para diagnóstico, muitos dos comportamentos impulsivos adotados correspondem a situações de impulsividade situacional que embora não sejam diagnosticados concretamente apresentam igualmente consequências e riscos significativos para a pessoa.

Segundo Perna (2010), os comportamentos impulsivos podem manifestar-se quando o sujeito opta por uma recompensa mais imediata, embora menor, não levando em consideração os riscos a longo prazo de determinado comportamento. Estes autores consideram igualmente a existência de um ponto, considerado ponto de indiferença, em que o sujeito não considera o fato de uma recompensa maior ou menor, mas apenas a situação imediata em detrimento de uma decisão que mais tarde poderia trazer mais e melhores resultados.

A impulsividade considerada como uma das dimensões da personalidade (Patton, Stanford & Barrat, 1995, cit. por Perna, 2010), pode ser vista igualmente como uma busca da parte do sujeito, de satisfação das suas necessidades psicológicas subconscientes. Vários estudos realizados sobre o comportamento consideram que todo o comportamento se baseia nas possibilidades de retorno da resposta, na medida em que

o sujeito apenas age de acordo com o reforço adquirido através de determinado comportamento.

O comportamento impulsivo pode ocorrer, quando a ação impulsiva enfatiza maioritariamente a rapidez e a velocidade da resposta em detrimento de uma ampla gama de outros comportamentos, como a tomada de decisão perceptiva. Os dados obtidos a partir de uma série de estudos realizados sugerem que o córtex pré-frontal e as áreas relacionadas com o gânglio basal têm um papel fundamental no controlo da impulsividade numa série de comportamentos (Kim & Lee, 2012). Existem igualmente elementos que provam que os sistemas dopaminérgicos e a noradrenalina, em funções executivas límbicas, estão envolvidos no controlo dos impulsos (Pattij & Vanderschuren, 2008, cit. por Perna, 2010), assim como alterações das funções da serotonina, sendo este neurotransmissor fundamental para a perceção e capacidade de resposta a estímulos (Arce & Santisteban, 2006).

O comportamento impulsivo tem igualmente sido definido como uma das variáveis que mais se relacionam com o primeiro contato com drogas, com o seu consumo e com a manutenção do vício (Verdejo, Lawrence & Clark, 2008, cit. por Pérez, 2009). Embora diversos estudos considerem principalmente os fatores negativos inerentes à impulsividade e a sua relação com algumas variáveis psicopatológicas, Dickman (1990, cit. por Pérez, 2009) considera que o comportamento impulsivo não está necessariamente relacionado apenas a fatores negativos, considerando que em determinadas condições, o sujeito que adote um comportamento impulsivo demonstra um melhor desempenho do que um sujeito que não seja impulsivo. Dickman (1990, cit. por Pérez, 2009) considera duas características distintas na impulsividade, a impulsividade funcional, na medida em que envolve uma tendência para a tomada de decisões rápidas para benefício pessoal, considerada como uma decisão calculada e a impulsividade disfuncional aqui considerada como uma tendência para tomada de decisões rápidas, mas irrefletidas, com consequências negativas no futuro (Pérez, 2009).

Enquadrando a impulsividade no âmbito dos comportamentos criminais, importa igualmente associar este padrão comportamental, ao comportamento agressivo. Embora o conceito de agressividade não reúna um consenso por parte de vários autores, na medida em que pode ser entendido de várias maneiras, o comportamento agressivo possui acima de tudo, como característica mais evidente o desejo de ferir o outro. Este comportamento pode ter vários motivos subjacentes, como o desejo do jovem se

evidenciar, de exercer controlo ou de mostrar a outros o que é permitido fazerem. Um comportamento impulsivo pode desta forma originar uma agressão, como primeira reação, na medida em que um sujeito impulsivo não possui capacidade imediata, para apresentar outro tipo de respostas, alternativas à agressividade (Ramirez, 2001).

A agressividade impulsiva está diretamente associada a sujeitos que apresentam um elevado grau de impulsividade, raiva e uma forte tendência para se envolverem em situações em que a agressão física é frequente. A agressividade impulsiva caracteriza-se por frequentes explosões agressivas, funcionando na maioria das vezes, como resposta a situações de stress e associada a emoções negativas, como o medo ou a raiva, ao contrário da agressividade premeditada que não é diretamente associada a situações de frustração ou como resposta a situações de ameaça, existindo mesmo da parte do indivíduo um planeamento com objetivos concretos (Siever, 2008). A existência de um fraco controlo dos impulsos, implica uma incapacidade para inibir a passagem ao ato, nomeadamente de caráter agressivo, que consequentemente resulta em situações em que o comportamento impulsivo-agressivo se manifesta. A existência de uma predisposição para a impulsividade e agressividade, manifestada de forma persistente, pode promover comportamentos autodestrutivos e antissociais, como se pode verificar nas perturbações da personalidade «borderline» e antissocial (Rodrigues & Gonçalves, 2004).

São diversas as características da personalidade estudadas ao longo do tempo consideradas preditoras do comportamento criminal, como as personalidades com caráter mais desinibido, impulsivo e com forte propensão para a procura de novas sensações. A associação entre a delinquência e a procura de novas sensações e novos estímulos é defendida por vários autores (Farley & Farley, 1972; Quay, 1965, cit. por Sierra, Jiménez & Casal, 2006) e igualmente partilhada pelos próprios delinquentes, quando estes justificam os seus comportamentos (Agnew, 1990, cit. por Sierra, Jiménez & Casal, 2006). A associação entre a impulsividade e a delinquência juvenil observada nos diversos espaços sociais, em que os jovens se encontram integrados, mostram-nos que os adolescentes adotam frequentemente comportamentos impulsivos que estão diretamente associados à procura de novas experiências de vida. No entanto, não podemos considerar que existam necessariamente problemas resultantes desses comportamentos, na medida em que a procura de novas experiências está inerente à sua condição de adolescentes e ao seu desenvolvimento social, quando estas ocorrem dentro

da normalidade. O problema emerge quando se verifica que estas experiências são vividas de forma excessiva, ultrapassando os limites da dita normalidade, promovendo comportamentos transgressivos que podem resultar num risco elevado, tanto a nível individual, como a nível social (Formiga, Aguiar & Omar, 2008).

Segundo Zuckerman (1971), embora a impulsividade não seja considerada equivalente à procura de sensações é no entanto considerado um traço associado a este, na medida em que integra igualmente aspetos relacionados com o não planeamento de ações da parte do sujeito, que demonstra igualmente uma maior tendência para assumir riscos e envolver-se em atividades relacionadas com consumos excessivos, como o consumo de tabaco, bebidas alcoólicas e estupefacientes. Segundo o mesmo autor, os sujeitos que apresentam um traço de procura de sensações mais evidente, adotam comportamentos que promovem uma maior estimulação nas experiências em que se envolvem. Neste sentido, são adotados comportamentos que podem estar associados a preferências profissionais, prática de desportos de risco, consumos excessivos, condução perigosa, jogo e comportamentos sexuais de risco. Este tipo de comportamentos inerentes à fase da adolescência visam conseguir novas sensações e experiências e estão frequentemente associados a comportamentos de risco.

As atitudes positivas relacionadas com a emoção, com a alegria e com a desinibição são comuns às pessoas que procuram este tipo de sensações, que são igualmente consideradas pessoas mais sociáveis, assertivas e atrevidas, demonstrando menos medo perante as situações. Prevê-se desta forma que a procura de novas sensações promova igualmente uma maior abertura para a mudança, tornando os sujeitos mais recetivos a novas experiências e com maior capacidade para encararem algumas experiências e sensações de forma diferente da maioria das pessoas (Vasconcelos et al., 2008).

A ausência de limites nestas novas experiências de vida pode resultar em experiências diferentes e saudáveis para o desenvolvimento dos jovens, ou pode resultar em comportamentos transgressivos e consequentemente delinquentes, que integrem situações de vandalismo, agressividade e consumos excessivos, resultantes de uma nova forma de organização social adotada pelos jovens, na medida em que podem promover comportamentos antissociais e delituosos (Formiga, Aguiar & Omar, 2008). Segundo os mesmos autores, embora estes comportamentos estejam associados à fase da adolescência, independentemente das características ou condição social de cada jovem,

são comportamentos que apresentam sempre um elevado risco associado. Neste sentido, se por um lado um comportamento antissocial se remete para a não consciencialização das normas vigentes ou o prazer de transgredir algumas normas sociais causando algum incômodo a terceiros, mas não obrigatoriamente apresentando um risco físico para outros, por outro lado, o comportamento delituoso já representa uma ameaça à organização social, na medida em que integra ações que podem resultar em danos graves para outros e que podem ser sujeitas a medidas punitivas.

Para melhor compreender as perturbações patológicas relacionadas com o comportamento impulsivo, importa abordar não só a questão dos impulsos, como também a questão da vontade, como faculdade inerente à existência humana. Para Jaspers (cit. por Abreu, 1997) embora os impulsos se relacionem com os instintos e as necessidades corporais, estão igualmente relacionados com o impulso inerente ao sujeito para se exprimir, conhecer ou criar. Para este autor os impulsos podem ser considerados em três níveis. O nível inferior diretamente relacionado com o próprio corpo como a fome, a sede ou o sono, o segundo nível aqui considerando os impulsos vitais relacionados com fatores de âmbito existencial e psíquico do sujeito e o nível superior que enquadra os impulsos ao nível intelectual do sujeito.

No seguimento da teoria de Maslow (1977, cit. por Abreu, 1997) referente à «pirâmide das necessidades humanas», que integra as necessidades fisiológicas de segurança, de amor e pertença, de reconhecimento, de saber e de auto-realização, Jaspers classifica as anomalias dos impulsos do seguinte modo: 1) a existência de uma desintegração dos níveis impulsivos superiores, em que dominam os impulsos básicos do sujeito, como em casos de certas demências ou em situações limite na vida do sujeito; 2) a cisão dos níveis entre si, na medida em que estes podem sofrer uma desfragmentação e perder a ligação entre si, como por exemplo no âmbito da intimidade do sujeito, da existência de sexo sem amor, ou vice-versa nas suas relações afetivas; 3) a inversão da relação entre os níveis impulsivos, em que a satisfação dos níveis inferiores, pode ocorrer através da satisfação dos níveis superiores, como por exemplo a dedicação a determinada religião e a sua vivência da parte do sujeito ser igualada a um prazer carnal; 4) a fixação dos impulsos, afetando em particular sujeitos com personalidade compulsiva (Gomes, 1980, cit por Abreu 1997); 5) a transformação dos impulsos em vícios, em que é considerado em primeiro lugar o vício do impulso como fator externo à personalidade, mas exercendo uma ação dominante sobre ela e em segundo lugar o vício

e a sua insaciabilidade. Nesta situação e não apenas em situações de vícios relacionados com consumos de drogas, também corresponde a qualquer impulso que sirva para preencher um determinado vazio na vida do sujeito, sejam situações relacionadas com mania de colecionar, cultivar a beleza exterior ou qualquer outra situação que implique a sua satisfação imediata e momentânea, visto que este tipo de comportamento apenas consiste na repetição de forma viciante de um determinado comportamento, não suprimindo a sua existência, mas apenas conseguindo a sua satisfação no momento.

A vontade do sujeito, inerente à sua existência está diretamente relacionada com os impulsos. No entanto, estas duas dimensões apresentam-se muito contraditórias e complexas. A vontade está diretamente relacionada com a liberdade do sujeito. “Somente quando se vivencia, de alguma maneira, uma escolha e uma decisão, é que falamos de vontade, de acções de livre arbítrio” (Jaspers, 1959, cit, por Abreu 1997, p. 104). Segundo este autor, a vontade atua no sujeito, no âmbito da sua consciência, no âmbito das suas emoções e no âmbito da auto-sugestão, esta última relacionada diretamente com situações médico-legais, na medida em que um sujeito pode consumir álcool ou drogas de forma a conseguir cometer um crime, que de outra forma não seria capaz de o fazer. Os conflitos muitas vezes existentes entre a vontade e os impulsos podem originar sentimentos muito complexos, na medida em que, seja pela inibição dos impulsos, nem sempre eficaz, seja pelo enfraquecimento da vontade do sujeito, como em situações de comportamentos de caráter compulsivo, os impulsos estão na origem de diversas patologias, que por sua vez estão na origem de muitos comportamentos de risco (Abreu, 1997).

No âmbito da psicopatologia, a impulsividade é associada a diversas síndromes patológicas, como o transtorno do deficit de atenção com hiperatividade (Winstanley, Eagle & Robbins, 2006), o transtorno bipolar (Clark, Iversen, & Goodwin, 2001; Najt et al., 2007), o distúrbio no controlo dos impulsos, (Hoyle, 2006), o comportamento antissocial, (Gudjonsson & Sigurdsson, 2007) e na desordem relacionada com o consumo de substâncias (Hittner & Swickert, 2006; McGue, 2001; Pérez 2009; Schmidt et al., 2006). A impulsividade pode assim ser considerada como uma das dimensões mais relevantes da personalidade, não só no âmbito das patologias a ela associadas, mas como fator determinante no comportamento do sujeito, nos seus hábitos, atitudes e interesses. Embora nem todos os autores imprimam a este padrão de comportamento uma conotação negativa, ela está habitualmente associada a comportamentos de risco

(Squillace, Janeiro & Schmidt, 2011), podendo por isso ser considerado que o comportamento impulsivo é um dos fatores de risco associado à adolescência e às transgressionalidades juvenis.

Capítulo V – Fatores de Risco e Fatores de Proteção na Adolescência

Fatores de Risco e Fatores de Proteção na Adolescência

Os conceitos de risco, proteção e resiliência que podemos encontrar nos diversos estudos já realizados emergem enquanto definições para o desenvolvimento de problemas sociais e problemas de saúde, principalmente no que se refere a problemas de «coping» das crianças e dos seus familiares. Através destes conceitos, torna-se possível uma maior compreensão tanto dos distúrbios ao nível da saúde mental, como dos problemas sociais, que vão desde o baixo rendimento escolar até à violência juvenil (Richman & Fraser, 2001).

Segundo os mesmos autores, os conceitos de risco e resiliência baseiam-se na noção de que o comportamento adaptativo surge da interação entre os fatores de risco e a combinação de fatores protetores, na medida em que estes promovem a redução do risco. Em algumas crianças, estes fatores, desempenham igualmente uma função de «coping» eficaz, assim como promovem o processo de adaptação, mesmo quando inseridos em situações adversas.

O conceito de resiliência refere-se desta forma à capacidade apresentada pelo jovem para conseguir superar com sucesso as diversas situações adversas às quais é exposto. Para Richman e Fraser (2001) uma situação de risco consiste num conjunto de fatores que aumentam a possibilidade de ocorrência de um resultado negativo para a criança ou jovem. A origem destes fatores pode ser genética ou biológica, pode ter uma origem ecológica ou biossocial combinada, podendo igualmente integrar traços e atributos individuais ou condições do meio.

Os fatores de risco podem ser definidos como fatores específicos e fatores não específicos, sendo que os primeiros poderão estar diretamente relacionados com um determinado fator específico, como por exemplo a ocorrência de problemas de alcoolismo da parte dos progenitores que irão por sua vez promover um resultado negativo específico, enquanto os segundos estarão diretamente relacionados com uma multiplicidade de condições e resultados negativos. (Fraser, Richman & Galinsky, cit. por Richman & Fraser, 2001). O conceito de risco cumulativo apresenta-se como outro conceito relevante que se deve ter em consideração. Este conceito corresponde à ideia de que a quantidade de fatores de risco pode ter mais relevância do que a especificidade da sua natureza, na medida em que a acumulação de vários aspetos negativos, pode promover um risco acrescido (Gest, Reed & Masten cit. por Richman & Fraser, 2001).

Relativamente aos fatores de proteção, estes podem ser relacionados com as características individuais de cada criança ou jovem ou com as condições ambientais em que estes estão inseridos e que promovam uma maior resistência a situações e comportamentos de risco aos quais estão expostos, permitindo atrasar ou mesmo suprimir os resultados negativos (Richman & Fraser, 2001). Estes fatores podem ser divididos em fatores individuais, familiares e extra-familiares. Qualquer um destes fatores pode promover um efeito compensatório ou um efeito amortecedor em situações de risco. Um fator protetor compensatório promove diretamente uma melhoria numa condição considerada adversa, enquanto um efeito protetor que ocorre quando se verifica uma interação entre o fator protetor e o risco em si, irá resultar num efeito amortecedor (Fraser, Richman & Galinsky, cit. por Richman & Fraser, 2001). O conhecimento destes fatores torna-se fundamental para a realização de programas de prevenção na medida em que a sua compreensão pode permitir definir estratégias para aumentar a proteção e simultaneamente reduzir o risco (Richman & Fraser, 2001).

Com base nas teorias em cima referidas um adolescente que esteja inserido num ambiente com um elevado grau de risco associado, seja a nível familiar ou comunitário, poderá conseguir ultrapassar os riscos aos quais está exposto através de um modelo de referência compensador que permita ao jovem conseguir ultrapassar da melhor forma estas situações. A presença de uma rede de suporte consistente na vida do jovem ou a presença de um adulto de referência que poderá ser um familiar, um treinador, um professor ou alguém que o jovem respeite, torna-se um fator protetor determinante na prevenção de comportamentos de risco (Fonseca, 2002). Segundo a mesma autora a promoção da auto-estima, do sentido de responsabilidade perante as várias situações da vida e a criação de ligações afetivas são fatores de proteção fundamentais, que em conjunto com a promoção de estilos de vida diferentes e mais saudáveis tornam-se fatores chave para a prevenção de comportamentos de risco na adolescência.

Estes fatores implicam igualmente a compreensão e a análise de diversos elementos associados a um determinado grupo social, contextualizando todas as suas relações, experiências e crenças, na sua realidade social. Um fator de risco associado a um determinado grupo, não significa que o seja para outro grupo, na medida em que para um determinado contexto específico, apresentam-se igualmente fatores de risco e fatores de proteção específicos.

Neste sentido, para o desenvolvimento de um determinado programa de prevenção, é necessária uma análise prévia do objeto da intervenção, assim como uma definição prévia do que se quer prevenir e onde se quer intervir (Bloom, 1996; Durlak, 1997; Lacerda & Guzzo, 2005; Muñoz, Mrazek, & Haggerty, 1996; Reiss & Price, 1996; Prilleltensky, 1994, cit. por Filho & Guzzo, 2006). No entanto, questões como a estabilidade ou a instabilidade financeira, assim como a qualidade das relações do sujeito a nível micro e macro na sua vida, não são considerados diretamente como fatores de risco, embora se considere uma possível associação com esses fatores, na medida em que estes podem contribuir para a ocorrência de diversas situações de risco (Filho & Guzzo, 2007; Garcia & Yunes, 2006; Guzzo, 2006; Poletto & Koller, 2006 cit. por Filho & Guzzo 2006).

Wasserman et al. (2003), consideram que a identificação precoce dos fatores de risco associados à delinquência juvenil é fundamental para a sua prevenção. Alguns destes fatores, preditores de comportamentos desviantes, referem-se a fatores emocionais, como um desenvolvimento cognitivo deficiente e uma alta ativação comportamental, fatores familiares, como os maus tratos infantis, a violência no contexto familiar e comportamentos antissociais adotados pelos familiares, fatores relacionados com o grupo de pares, quando este está associado a comportamentos desviantes ou quando existe rejeição do grupo relativamente ao jovem e fatores associados à escola e à comunidade, como o absentismo escolar, baixas perspetivas académicas, instabilidade financeira, comunidade associada a contextos socioeconómicos baixos e acesso a armas.

Segundo Brown (2002), enquanto alguns jovens apresentam uma reação cautelosa e ponderada, relativamente a situações de stress, outros não têm a mesma capacidade, reagindo a esse tipo de situações, de forma impulsiva ou mesmo agressiva. Apenas a partir da faixa etária dos 12 anos, tornando-se mais consistente a partir dos 15 anos, os adolescentes começam a possuir a capacidade de prever os riscos do seu comportamento. Os jovens que apresentam um maior nível de impulsividade e agressividade tendem a adotar comportamentos de risco mais facilmente. A curiosidade relativamente a novas experiências e situações inerente à fase da adolescência, leva os jovens a uma maior exposição a situações de risco. No entanto, a existência de um conhecimento sobre determinado risco e a consciência dos fatores positivos e negativos de determinado comportamento permitem a alguns jovens evitar determinadas

situações, ao contrário de outros, em que este conhecimento e racionalidade estão ausentes e que por essa razão seguem outro caminho, adotando outro tipo de comportamentos.

Os fatores de risco associados à adolescência podem igualmente promover situações em que o adolescente entra em conflito com a lei. Estes fatores, normalmente associados a situações que resultam em ocorrências negativas para o desenvolvimento do adolescente, podem promover comportamentos que venham a prejudicar a sua saúde e interferir diretamente na sua vida tanto ao nível do seu bem-estar, como ao nível da sua integração na sociedade (Webster-Stratton, 1998, cit. por Gallo & Williams, 2005). Os fatores que podem promover comportamentos infratores podem ser biológicos ou de natureza ambiental, que ao interagirem entre si, promovem condutas desviantes. O comportamento humano é por isso determinado por uma série de fatores biológicos e ambientais, que se articulam de forma complexa, não podendo assim ser considerado apenas um fator isolado, a que os adolescentes possam estar expostos, mas sim uma associação de fatores a vários níveis, como familiares, escolares, sociais e biológicos (Gallo & Williams, 2005).

Os comportamentos associados a situações que estão diretamente relacionadas com infrações e conflitos de ordem legal estão fortemente associados a problemas de aprendizagem, em que existe uma fraca capacidade verbal da parte do adolescente, promovendo desta forma dificuldades ao nível escolar, que por sua vez promovem problemas comportamentais. (Straus, 1994, cit. por Gallo & Williams, 2005). O mesmo autor considera igualmente que neste tipo de situações, de conflito com a lei, as fracas habilidades sociais, os sentimentos de inferioridade e a fraca capacidade para a resolução de problemas, levam os jovens a seguir um padrão comportamental bastante diferente do comportamento adotado por outros jovens que vivem integrados na sociedade, respeitando as leis vigentes e que não se encontram associados a este tipo de conflitos.

A adolescência sendo uma fase de transição da infância para a idade adulta, implica um determinado conjunto de ações educativas específicas a essa faixa etária. É nesta fase que o jovem se afasta mais da sua família, enquadrando-se mais no seu grupo social de amigos, como forma de promover a sua identificação pessoal. Esta situação, embora inerente ao seu desenvolvimento, também coloca o jovem perante diversas situações de risco, como por exemplo o consumo de álcool, na medida em que este tipo

de consumos pode originar diversos comportamentos de risco. Os comportamentos violentos, os comportamentos sexuais de risco, que podem resultar numa gravidez indesejada e a uma exposição a doenças sexualmente transmissíveis, os problemas de ordem familiar, os problemas de aprendizagem, problemas a nível escolar ou profissional, problemas financeiros e possíveis problemas no âmbito da sinistralidade rodoviária, podendo mesmo em algumas situações resultar em morte para o próprio ou para terceiros, são algumas das situações de risco que resultam do consumo de álcool na adolescência (Rozin & Zagonel, 2012).

O início da atividade sexual precoce está associada a diversos fatores, na medida em que pode promover no jovem uma forma de afirmação, inconformismo, independência, de aceitação do parceiro, assim como pode servir para suprimir carências afetivas. No entanto, esta situação implica uma atenção específica de forma a evitar uma gravidez na adolescência, que pode implicar graves problemas tanto para os jovens como para a criança (Aguilar, 1994; Bordin, 2007, cit. por Cordeiro & Bonfim, 2011). Existem vários fatores de risco associados a situações de gravidez na adolescência, como por exemplo o contexto familiar e o grupo social em que o jovem está inserido, assim como podem igualmente ser consideradas as próprias condições dos serviços de saúde na área de residência do jovem. A baixa escolaridade, um nível socioeconómico baixo, a falta de informações referentes à sexualidade, a não existência de consultas ginecológicas, a falta de conhecimento dos órgãos femininos, um acesso deficiente aos serviços de saúde e o consumo de estupefacientes no contexto familiar, são igualmente considerados como fatores de risco para a ocorrência de situações de gravidez na adolescência (Cordeiro & Bonfim, 2011).

Estas situações implicam grandes desvantagens para as adolescentes, tanto a nível físico, na medida em que as adolescentes ainda não atingiram o seu pleno desenvolvimento e maturidade, como a nível psicossocial, na medida em que interfere com todo o seu processo de desenvolvimento, promovendo frequentemente o abandono escolar e a entrada precoce no mercado de trabalho precário. A família e a educação sexual transmitida pelos progenitores são fundamentais para o adiamento da vida sexual dos jovens. Vários estudos realizados nesta área mostram que quando existe uma forte abordagem da parte dos progenitores sobre a questão da sexualidade, promovendo desta forma uma educação referente aos afetos na família, os jovens tendem a adiar o início da sua atividade sexual (Fonseca, 2002).

O consumo de drogas é outra realidade cada vez mais comum nesta faixa etária, que não só prejudica gravemente o desenvolvimento do jovem, como implica consequências bastante graves no seu contexto familiar. Esta realidade implica igualmente consequências a nível biológico, psíquico e social para os jovens, interferindo não só a nível individual, como em todo o contexto social em que estão inseridos (Fonseca, 2002). Segundo a mesma autora, os comportamentos de risco estão frequentemente relacionados com a procura de novas sensações e com a experimentação de novas experiências relacionadas com consumos de álcool, tabaco, drogas e início de atividade sexual precoce. Estes tipos de comportamentos encontram-se frequentemente associados, potenciando-se uns aos outros. Por esta razão, torna-se fundamental não só avaliar um determinado comportamento adotado pelo jovem, como avaliar igualmente a possibilidade de envolvimento noutros tipos de comportamentos considerados de risco.

Os fatores de risco podem ser classificados de acordo com o ciclo vital em que ocorrem, podendo ser distinguidos entre fatores precoces e fatores tardios. Os fatores de risco que ocorrem na infância podem determinar os comportamentos de risco a serem adotados na adolescência. Os fatores considerados mais determinantes, são os fatores de ordem individual, como a impulsividade inerente ao temperamento da criança e a procura de sensações e os fatores relacionados com o contexto familiar, como comportamentos antissociais adotados no ambiente familiar, fraco controlo parental ou consumo de drogas ou álcool no contexto familiar (Silva, 2010, cit. por Dias, 2012). Os fatores de risco que podem ocorrer numa fase mais tardia com a entrada na fase da adolescência, podem estar relacionados com a relação do jovem a grupos de pares que adotam comportamentos delinquentes e a uma fraca integração na sociedade em que o jovem está inserido (Borum, 2006, cit. por Dias, 2012).

Relativamente aos fatores considerados de ordem individual, podemos considerar o comportamento impulsivo, como um dos fatores de risco a ter em consideração, no âmbito das transgressionalidades juvenis. Segundo diversos estudos já realizados sobre a impulsividade, esta pode ser distinguida como impulsividade comportamental, normalmente associada a comportamentos desviantes e como impulsividade cognitiva que está associada de forma negativa ao quociente de inteligência do sujeito. A impulsividade comportamental, comparada com a impulsividade cognitiva, é desta forma considerada como um fator de risco, preditor de comportamentos desviantes (White et al., 1994, cit. por Dias, 2012). Os sujeitos que

possuem um temperamento com um maior nível de impulsividade e agressividade e que tendem a procurar novas sensações, apresentam um risco maior de adotarem comportamentos relacionados com consumos de álcool e condução perigosa, comportamentos criminais mais violentos e comportamentos sexuais de risco (Caspi et al., 1997, cit. por Dias, 2012).

Diversos problemas comportamentais associados a alguns temperamentos específicos identificados como fatores preditivos de delinquência, tanto na fase final da infância, como no início da adolescência, estão diretamente associados à impulsividade, relacionados com temperamentos com características impulsivas, que promovem comportamentos de risco e posteriormente comportamentos delinquentes (Vitulano, 2010). Os temperamentos impulsivos podem estar sujeitos a algumas modificações graduais. Um comportamento designado como explosivo tem relevância no âmbito forense, na medida em que promove comportamentos violentos. Estes temperamentos podem igualmente ser considerados parciais, na medida em que o comportamento explosivo é menos frequente e ocorre quando associado a determinadas circunstâncias. A impulsividade quando associada à instabilidade pessoal e profissional torna-se igualmente um forte preditor de comportamentos delinquentes, como o tráfico de droga, a prostituição e os furtos (Dib, 2008).

Relativamente ao contexto familiar e à sua influência no comportamento dos adolescentes, a família considerada como instituição social, torna-se fundamental no desenvolvimento das crianças e jovens. Uma família equilibrada que possua uma elevada vinculação entre os seus membros, permitindo desta forma, a integração do jovem num contexto familiar coeso e interdependente promove a sua autonomia e torna-se determinante nesta fase em que o jovem é confrontado com uma reestruturação das relações desenvolvidas desde a sua infância. No entanto, importa considerar não só os diferentes contextos familiares existentes, como a especificidade de situações inerentes a muitos contextos familiares atuais e a sua implicação no desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. Situações cada vez mais frequentes de divórcio entre os progenitores, a adaptação a novas realidades, como passar a viver só com um dos progenitores ou o confronto com um novo relacionamento da parte dos mesmos e uma maior mobilidade familiar que implica muitas vezes um afastamento geográfico entre familiares, são algumas das situações que integram vários contextos familiares nos dias de hoje e que merecem uma particular atenção, pela implicação que podem ter na vida

do adolescente (Menezes, 1990). Embora a família, considerada como um dos grupos primários em que o jovem está inserido, seja geralmente associada a valores positivos, fundamentais para o desenvolvimento do jovem e a sua integração na sociedade, importa no entanto olhar para esta questão de outra forma, inserindo o papel da família, quando esta se desvia da normalidade e a sua influência no quadro da delinquência juvenil (Mannheim, 1985).

Entre os diversos fatores considerados de risco, associados à adoção e manutenção de comportamentos desviantes, o contexto familiar em que o jovem está inserido é um dos fatores mais determinantes e influentes no comportamento do jovem. Alguns fatores como a estabilidade e a qualidade da morada da família, diretamente associados à sua condição financeira, a composição da família e a sua qualidade de vida, os comportamentos adotados pelos familiares, as relações familiares e o nível de controlo parental existente, são variáveis determinantes para o desenvolvimento e manutenção de comportamentos de risco na adolescência (Born, 2005). Os jovens que mantêm um fraco ou mesmo inexistente vínculo com a família, têm uma probabilidade maior de adotarem comportamentos transgressivos, do que os jovens que mantêm uma situação familiar equilibrada, na medida em que se verifica neste tipo de situações, um fraco controlo parental (American Psychological Society, 1997; Gomide, 2003, cit. por Gallo & Williams, 2005; Straus, 1994). O consumo de álcool e drogas, a negligência parental, os maus tratos infligidos, a adoção de comportamentos criminosos ou mesmo situações ao nível da psicopatologia da parte dos progenitores, interferem diretamente com a qualidade da relação familiar, ao nível do controlo parental, da disciplina e do tipo de envolvimento que mantêm com os filhos. (American Psychological Society, 1997, cit. por Gallo & Williams, 2005).

Neste sentido e no seguimento de diversos estudos já realizados no âmbito desta problemática, existe uma associação entre alguns fatores específicos relacionados com o contexto familiar e a probabilidade de ocorrerem comportamentos desviantes. A integração do jovem numa família que possua baixos recursos financeiros, que seja numerosa, principalmente se ocorrer o nascimento de mais de 4 irmãos nos primeiros 10 anos de vida da criança, a existência de uma educação considerada insuficiente e insatisfatória, assim como a existência de situações em que a criança apresente um grau de inteligência considerado inferior à média, aqui considerado um valor de QI igual ou inferior a 90, ou que tenha um dos progenitores que possua antecedentes criminais,

principalmente se estes ocorreram igualmente durante os seus primeiros 10 anos de vida, são fatores considerados de risco e determinantes para a possível ocorrência de comportamentos desviantes na adolescência. No entanto e mesmo encontrando-se devidamente comprovada esta associação, não podemos considerar que esta terá as mesmas consequências em todos os jovens, importando igualmente considerar que este tipo de comportamento não se resume apenas a aspetos pessoais da vida do jovem (Carvalho, 1990).

O grupo social em que estamos inseridos é considerado um dos conceitos fundamentais com relevância criminológica. Considerando aqui sobretudo a família como grupo primário tem igualmente relevância o conceito sociológico de grupos de referência. Os grupos de referência incluem não só os grupos aos quais o sujeito pertence, como incluem igualmente outros grupos, que poderão influenciar os seus valores e o seu comportamento (Manneheim, 1985).

Neste sentido e tal como a família, a escola é considerada como um grupo social fundamental para o desenvolvimento do jovem, na medida em que, ao iniciar o seu percurso escolar, o jovem pode deparar-se com códigos de valores diferentes ou até mesmo opostos aos transmitidos no âmbito familiar. A sua capacidade de adaptação a esta nova realidade social, mais importante do que a sua aquisição de conhecimentos, irá determinar a sua atitude face a comportamentos delinquentes (Manneheim, 1985).

O contexto escolar assume assim, em simultâneo com o contexto familiar, um papel complementar em todo o processo educativo do jovem. O envolvimento dos progenitores no percurso escolar dos jovens, não só facilita e promove todo o trabalho desenvolvido pelos educadores, na medida em que permite o desenvolvimento de estratégias conjuntas para um melhor rendimento escolar do jovem, como permite igualmente aos progenitores, uma maior valorização do seu papel de pais e um maior conhecimento da própria escola, quando este se apresenta por vezes quase inexistente, promovendo simultaneamente o seu papel enquanto cidadãos.

No entanto, frequentemente os educadores justificam o rendimento escolar de alguns jovens, com o seu contexto familiar, quando este contexto se insere em situações de famílias economicamente desfavorecidas ou possuidoras de alguma característica mais específica, considerada diferente do contexto familiar considerado normal. No seguimento deste tipo de situações, os progenitores sentem-se frequentemente marginalizados pela escola, apresentam baixas expectativas relativamente ao rendimento

escolar dos filhos e tendem a ter uma participação pouco ativa ou mesmo inexistente no processo educativo e no desenvolvimento dos jovens (Menezes, 1990.).

Outro fator considerado determinante no desenvolvimento dos jovens e que surge numa fase mais tardia, com a sua entrada na adolescência, é a ligação do jovem ao seu grupo de pares. Apenas no início do século XX se verificou um maior interesse científico relativamente ao estudo desta problemática (Serafica & Blyth, 1985, cit. por Martins & Gomes, 2011) sendo na década de 60 que se iniciaram algumas das investigações sobre a formação do grupo de pares. Através do estudo realizado relativamente à identificação dos sujeitos com o seu grupo, verificou-se que os sujeitos que sentiam uma forte identificação com o grupo, não só tinham mais tendência para pedir ajuda aos outros elementos, como o próprio grupo seria igualmente um apoio em diversas situações. A falta de perspetivas de vida da parte do jovem, situações de solidão e diversos problemas psicossociais, são algumas das situações em que o jovem beneficiava do apoio do grupo. Neste sentido a identificação mantida relativamente ao grupo, iria ser determinante no seu desenvolvimento e categorização social, tanto a nível intra-grupal como inter-grupal (Palmonari, Pombeni & Kirchler, 1989, 1990, cit. por Martins & Gomes, 2011).

A teoria da associação diferencial defendida por Sutherland (1939) e as teorias da aprendizagem social defendidas por Akers (1979) são algumas das diversas abordagens existentes relativamente a esta problemática. Segundo estes autores, os comportamentos delinquentes que ocorrem na adolescência, ocorrem dentro do contexto do grupo, na medida em que esta fase é essencialmente marcada pelo forte envolvimento do jovem com o seu grupo (Martins & Gomes, 2011). Neste sentido, os adolescentes que apresentam comportamentos delinquentes, encontram-se fortemente orientados e dependentes do seu grupo, ao contrário dos adolescentes que mantêm comportamentos normativos (Agnew, 1985, cit. por Martins & Gomes, 2011).

Verifica-se assim que o grupo de pares, em conjunto com a família e a escola, é um dos contextos fundamentais para o desenvolvimento pessoal e social dos adolescentes. Mais do que com a família, é com o seu grupo de pares que os adolescentes passam a maior parte do seu tempo, adotando muitas vezes comportamentos que lhes permitam ser socialmente aceites pelo grupo, na medida em que estes grupos já se encontram muitas vezes estruturados, exigindo determinados comportamentos da parte dos seus membros, para que seja possível a sua integração. No

entanto, a importância destas relações, pode ir mais além do sentimento de pertença do jovem perante o grupo (Sprinthall & Collins, 2003).

Segundo os estudos realizados, a qualidade da relação mantida entre o jovem e o seu grupo, é determinante no seu comportamento no futuro. Os comportamentos delinquentes podem estar igualmente associados a fracas ou até mesmo inexistentes relações entre colegas e amigos na infância e na adolescência, tornando-se igualmente esta situação um forte preditor de comportamentos desajustados na vida adulta. No entanto, as fracas relações com os colegas podem estar relacionadas com características específicas de alguns jovens, como o isolamento social e a agressividade, que interferem na qualidade das suas relações com o grupo, enfraquecendo-as e podendo nestas situações originar problemas de comportamento no futuro (Sprinthall & Collins, 2003).

Segundo os mesmos autores, a influência do grupo de pares pode ser considerada como informal e como normativa. Na influência informal, os comportamentos, valores, atitudes, assim como as suas consequências, são transmitidas pelo grupo, funcionando este, como fonte de conhecimento para o jovem, sendo que na influência normativa existe uma pressão social da parte do grupo para com o adolescente, para que este se comporte de acordo com os outros elementos do grupo. Embora distintas, estas influências são determinantes para o jovem e para a aquisição da sua identidade.

No entanto, para uma melhor compreensão deste tipo de influências, importa referir a comparação social, na medida em que o comportamento dos outros elementos do grupo serve de termo de comparação com a auto avaliação feita pelo jovem e no seguimento desta comparação, a conformidade, na medida em que o jovem pode adotar o mesmo comportamento e atitudes do grupo. No entanto, a conformidade nem sempre está relacionada com a comparação social, podendo existir situações em que o adolescente possa seguir o mesmo tipo de comportamento que os outros membros do grupo, pelo fato de ter sido previamente ensinado a fazê-lo ou como resultado de recompensas ou punições da parte do grupo. Verifica-se no entanto, com mais frequência a tendência para a conformidade, em jovens que apresentam uma maior dificuldade na formação da sua identidade (Sprinthall & Collins, 2003).

No âmbito dos delitos cometidos pelos adolescentes, estes estão diretamente relacionados com o número de amigos delinquentes, com os quais os jovens se relacionam. A relação mantida com outros jovens delinquentes é um dos principais

fatores que promovem a reincidência deste tipo de comportamentos (Cusson, 2006). O fato do jovem apresentar uma atitude positiva, para com os comportamentos delinquentes adotados pelo seu grupo de pares, apresenta-se como um forte preditor do seu envolvimento nesse tipo de comportamentos (Beyers et al., 2001, cit. por Cunha, 2014).

Outros estudos igualmente realizados no âmbito dos fatores de risco e protetores associados ao contexto em que os jovens vivem, demonstram que os jovens que residem em contextos com um nível socioeconómico baixo, estão mais vulneráveis a adotarem comportamentos delinquentes, praticados tanto de uma forma mais grave, como de forma mais persistente (Beyers et al., 2001, cit. por Cunha, 2014). A desorganização social urbana que se verifica nas cidades promove a delinquência juvenil. Os bairros onde este tipo de situações ocorre com mais frequência, são normalmente bairros caracterizados por má fama, que se encontram socialmente mais isolados, apresentando frequentemente problemas com as forças policiais, afastando-se assim das regras de conduta existentes na restante sociedade, na medida em que vivem de acordo com as suas próprias regras. Neste sentido, é neste tipo de territórios, de elevada desorganização social, que se verifica uma maior incidência de comportamentos delinquentes da parte dos jovens os habitam (Born, 2005).

Verifica-se igualmente um elevado nível de delinquência nas grandes cidades, pelo fato de se verificar uma diminuição relativamente ao controlo dos comportamentos dos jovens da parte das instituições e organizações locais (Jardim, 1993, cit. por Benavente, 2002). Neste sentido, a existência de um maior nível de delinquência juvenil entre populações desfavorecidas e etnicamente minoritárias, resulta do enfraquecimento institucional, assim como de diversos fatores de socialização, de um processo de integração deficiente e do aumento de situações de desemprego (Costa, 1999, cit. por Benavente, 2002).

No seguimento das teorias aqui apresentadas e dependendo da influência exercida, podemos considerar a família, a escola, o grupo de pares e a própria comunidade em que o jovem está inserido, como fatores que poderão ser considerados de risco para alguns jovens e de proteção para outros (Castro & Rosa, 2010). Alguns dos fatores de proteção considerados em diversos estudos já realizados no âmbito da prevenção de comportamentos de risco na adolescência, consistem na existência de redes de apoio sociais e afetivas consistentes, em suportes familiares coesos e

equilibrado e na valorização das características individuais do jovem, intervindo de forma positiva nesse sentido. Os jovens que sejam mais calmos, tranquilos e conformistas relativamente à realidade social em que estão inseridos, apresentam menos probabilidades de adquirirem comportamentos desviantes. (Nardi & Dell’Aglia, 2010).

Uma influência positiva do grupo de pares e o contexto escolar, são igualmente considerados fatores de proteção fundamentais para prevenirem comportamentos transgressivos (Assis & Souza, 1999; Silva, 2002, cit. por Nardi & Dell’Aglia, 2010) na medida em que uma frequência regular da escola, pode reduzir a severidade deste tipo de comportamentos, sendo por isso fundamental integrar estes jovens no contexto educativo, ao invés de se optar por medidas de punição, afastando-os desde contexto (Gallo & Williams, 2008, cit. por Nardi & Dell’Aglia, 2010). A construção de um projeto de vida com os jovens é outro fator considerado determinante para a prevenção de comportamentos de risco e de situações de conflito com a lei, na medida em que promove um planeamento do futuro, estimulando sentimentos positivos, da parte do jovem perante a vida (Costa & Assis, 2006, cit. por Nardi & Dell’Aglia, 2010).

A compreensão e a consciência da existência de todos estes fatores, tanto de risco como de proteção, associados aos vários contextos em que os jovens estão inseridos permitem delinear ações e programas de prevenção, principalmente para jovens oriundos de famílias consideradas de risco, prevenindo a adoção de comportamentos desviantes e promovendo novas trajetórias de vida, intervindo assim de forma significativa, para a aquisição de processos de resiliência da parte dos jovens.

PARTE B – LEGITIMAÇÃO

Legitimação

Sendo a delinquência atualmente considerada como uma das grandes problemáticas a nível social, apresentando custos muito elevados tanto a nível económico como a nível humano, cabe ao estado manter uma infra-estrutura legal que consiga controlar estas situações e permita a existência de meios para a recuperação social dos delinquentes. Se por um lado o sistema judicial renuncia na maior parte das vezes à possibilidade de um trabalho produtivo da parte dos delinquentes, subcarregando o estado com os custos inerentes ao controlo institucional destes jovens, por outro, existe um custo humano muito elevado, na medida em que os delitos cometidos por estes jovens promovem a sua separação da família e amigos, prejudicando igualmente o bem-estar económico, social e psicológico das vítimas (Lorion et al., 1987, cit. por Genovés & Latorre, 1995).

O psicólogo forense e da exclusão social, tem assim como função a intervenção junto desta população, visando a *reprogramação* dos sujeitos e a sua reintegração na sociedade, agindo no sentido da promoção das competências necessárias, no sentido de promover a sua autonomia (Poiares, 2008). Neste sentido deverá agir de acordo com o grau de risco em que os jovens se encontram, seja ao nível da intervenção, ao verificar-se que os jovens já se encontram em situações com elevados riscos associados ou ao nível da prevenção primária, no sentido de prevenir e evitar as situações de risco.

Para a elaboração de um programa de prevenção é fundamental ter em consideração todos os contextos e intervenientes que podem integrar uma abordagem preventiva, como a família, a escola e a própria comunidade, que podem intervir e funcionar como agentes no âmbito da prevenção. Desta forma, o presente programa surge da necessidade de trabalhar ao nível da prevenção dos comportamentos impulsivos na adolescência, na medida em que este comportamento promove uma maior exposição a situações e a comportamentos de risco.

O programa Passo a Passo dirige-se a jovens moradores no Bairro da Cova da Moura, que frequentam a Associação Academia Johnson Semedo, com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos. Tendo por base a observação participante que possibilitou o conhecimento do contexto em que estes jovens estão inseridos, assim como dos seus comportamentos, estabeleceu-se igualmente contato com diversas famílias e com a própria Associação, de forma a ser possível obter uma informação mais completa da realidade destes jovens. Verificou-se a existência de um

comportamento de caráter impulsivo da parte dos jovens, perante diversas situações e em diferentes contextos, que embora ainda não tenham originado comportamentos transgressivos, colocam frequentemente estes jovens em situações de risco.

O presente programa de prevenção primária pretende reduzir ou eliminar os comportamentos impulsivos dos participantes, reduzindo desta forma a probabilidade da ocorrência de comportamentos transgressivos, no âmbito dos comportamentos aditivos, comportamentos sexuais de risco e tráfico de estupefacientes. O contexto em que os jovens estão inseridos diariamente e as situações de risco às quais os jovens estão frequentemente expostos, remetem-nos para uma prevenção de caráter seletivo, na medida em que o programa se destina a uma determinada população considerada de risco.

Um programa de prevenção consiste num plano de atividades devidamente organizadas e orientadas para atingir determinado objetivo, existindo desta forma, diversos programas no âmbito da prevenção, que se diferenciam entre si, pelos diversos conceitos teóricos considerados (Moreira, 2001). Neste sentido podemos considerar a existência de diversas estratégias no âmbito da prevenção, como as estratégias informativas, educativas, integrativas e repressivas. As estratégias informativas têm como objetivo a transmissão de mensagens que visam promover novos comportamentos. As educativas, além de promoverem uma aprendizagem de novos comportamentos através das mensagens transmitidas, têm como objetivo a aquisição e o desenvolvimento de competências para uma auto gestão da parte do sujeito, investindo na promoção da confiança, da auto-estima e do auto conhecimento, assim como apresentar diferentes alternativas e fomentar a capacidade para a resolução de problemas. As estratégias repressivas, por sua vez, pretendem limitar o comportamento do sujeito, sem a participação do próprio (Morel et al., 2001).

A aquisição de competências no âmbito da regulação emocional e auto controlo, que segundo a literatura, estão fortemente associadas a comportamentos agressivos, o processo de tomada de decisão, as competências de comunicação e a aquisição de competências de escuta, são segundo Negreiros (2001), igualmente fundamentais na prevenção dos comportamentos de risco e adoção de comportamentos pró-sociais.

No âmbito da educação não formal, através das atividades desportivas pretende-se o desenvolvimento e a capacitação dos jovens, estimulando o espírito de

equipa, a criatividade e a autonomia. Pretende-se igualmente promover a auto estima, o convívio e o respeito pelo outro e a resolução de conflitos, promovendo a aquisição de um maior autocontrolo, contribuindo para a resolução de problemas e confiança. Segundo Cruz (1996) através de um modelo de intervenção psicológica existente, fundamentado no desporto, cujos objetivos incluem a promoção do desenvolvimento psicológico, o desporto pode ser considerado como uma ferramenta fundamental neste tipo de intervenções.

A integração dos jovens numa atividade desportiva, em simultâneo com outras atividades, torna-se desta forma fundamental no âmbito das intervenções a serem realizadas com esta população, na medida em que uma associação bem sucedida entre as competências desportivas e as competências para uma vida equilibrada, promovem competências no âmbito da comunicação, da capacidade para a resolução de problemas, na capacidade para lidar com o fracasso e com o sucesso e na formulação de objetivos, que quando adquiridas através das atividades desportivas, serão transferidas para outros domínios da vida dos jovens.

O presente programa irá promover a aquisição de todas as competências em cima referidas, consideradas fundamentais na prevenção dos comportamentos de risco, tanto ao nível da prevenção dos comportamentos impulsivos, como na prevenção de outros comportamentos transgressivos.

PARTE C – METODOLOGIA E CARTOGRAFIA DO PROGRAMA

Metodologia

O presente programa de prevenção primária insere-se no âmbito da Psicologia Forense e da Exclusão Social e tem como objetivo reduzir o comportamento impulsivo nos adolescentes. Estando direcionado para a prevenção de comportamentos no âmbito da transgressão juvenil, este programa pretende funcionar como controlo social, na medida em que através de um trabalho preventivo se pretende fomentar o cumprimento das normas e reduzir os comportamentos transgressivos.

Segundo Morel, Boulanger e Tonnelet (2001), a elaboração de um programa de prevenção é composta por quatro fases. Na primeira fase e após um reconhecimento da realidade define-se a população alvo. Seguidamente procede-se à realização de um diagnóstico da população de forma a serem definidos os objetivos do programa. Na segunda fase procede-se à identificação dos recursos humanos, materiais e financeiros necessários à implementação do programa assim como a definição de estratégias de trabalho. A terceira fase irá corresponder ao desenvolvimento da ação, através da planificação, organização e aplicação do programa. Na quarta fase procede-se ao processo de avaliação, que irá determinar se os objetivos do programa foram ou não alcançados.

Tendo como objetivo, um maior conhecimento do sujeito, a intervenção juspsicológica poderá igualmente abranger programas de intervenção ao nível comunitário, integrando equipas multidisciplinares, intervindo diretamente com populações mais desfavorecidas, assim como poderá abranger igualmente programas ao nível da prevenção, trabalhando em conjunto com as entidades locais.

No âmbito da metodologia do processo desta intervenção, captar, decodificar, compreender e explicar, na fase da captação, procedeu-se a uma observação dos adolescentes em contexto comunitário, escolar, na sua dinâmica familiar e na relação entre pares. Procedeu-se igualmente à recolha de alguma informação inicial, através do preenchimento do balanço de competências, como forma de auto avaliação, assim como a pesquisa bibliográfica necessária relativamente à problemática. Desta forma, foi possível decodificar e compreender a problemática existente, possibilitando assim uma explicação que permitiu a elaboração de um programa de prevenção direcionado para estes jovens e ajustado às suas necessidades.

De acordo com a recolha de informação nos diversos relatórios sociais realizados pela Rede Social da Amadora, CLAS - Conselho Local de Ação Social e

pelas diversas Instituições Particulares de Solidariedade Social, que intervêm nestas freguesias, têm sido identificadas ao longo do tempo várias fragilidades relativamente à população mais jovem. A falta de competências sociais, a desresponsabilização parental, a falta de respostas para os jovens desocupados e menos qualificados e a fraca ou mesmo inexistente integração dos jovens no mercado de trabalho, são problemas relevantes, identificados na população mais jovem desta freguesia, que fazem com que estes jovens não tenham perspetivas futuras positivas, mas antes adotem comportamentos de risco que tantas vezes os levam a internamento e detenções precoces em Centros Educativos e/ou Estabelecimentos Prisionais.

Por outro lado, a forte dependência de subsídios atribuídos às famílias pelos organismos sociais leva estes jovens a depender dessa forma de sustento, desencorajando qualquer outro investimento no seu futuro profissional. As situações de gravidez precoce nas jovens residentes nestes bairros e os consumos de drogas e álcool são outros fatores que levam a situação de abandono escolar e ao fraco investimento no desenvolvimento de competências.

Ao longo do desenvolvimento do programa pretende-se igualmente promover a integração das famílias, promovendo uma participação ativa ao longo de toda a intervenção, permitindo desta forma, que o contexto familiar de cada jovem exerça uma função de controlo informal no seu comportamento. Pretende-se reforçar os vínculos familiares, trabalhando simultaneamente as suas expectativas e a consciencialização da importância da sua presença na vida do jovem.

Verificando-se que a intervenção familiar consiste num fator de proteção no processo de inserção do jovem irá promover-se uma maior participação familiar em atividades conjuntas, promovendo igualmente competências pessoais e sociais com os familiares, sempre que se justifique e tenha relevância para o sucesso deste envolvimento e do resultado pretendido. Verificando-se, pelo contrário, que este envolvimento se apresenta como fator de risco para o jovem, será desenvolvida uma abordagem específica nesse sentido, seja como forma de promover a automatização do jovem no seu projeto de vida, ou no enquadramento de novas figuras de referência.

O presente programa tem como objetivo geral reduzir os comportamentos impulsivos nos jovens moradores no Bairro da Cova da Moura, através do desenvolvimento de competências pessoais e sociais, assim como otimizar a prevenção de comportamentos transgressivos. No seguimento da identificação na revisão da

literatura das competências a serem desenvolvidas, dividiu-se o programa em sete unidades temáticas: Sentimento de pertença; confiança; auto estima; auto conhecimento; regulação emocional; resolução de conflitos; comunicação.

As sessões de promoção de competências serão desenvolvidas na Associação Academia do Johnson Semedo, situada no bairro da Cova da Moura, com um grupo de 15 jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos. Transversalmente ao desenvolvimento do programa, todos os jovens serão acompanhados, individualmente, através de sessões individuais no âmbito do desenvolvimento e atualização do plano de desenvolvimento individual; desenvolvimento do balanço de competências; enquadramento familiar enquanto fator de proteção ou de risco; apoio no desenvolvimento do portefólio reflexivo de aprendizagem.

Este programa foi definido para ser desenvolvido uma vez por semana e abrange 27 sessões, com uma duração de 60 minutos cada sessão, que serão desenvolvidas alternadamente em contexto de sala e em ambiente exterior.

Cartografia do Programa

1. Apresentação do Programa

1.1 Enquadramento Geral

O programa Passo a Passo será desenvolvido na Associação Academia do Johnson Semedo, fundada por Johnson Semedo, atualmente com 42 anos, de nacionalidade cabo-verdiana, criado na Cova da Moura, onde ainda vive. Um duro percurso de vida, marcado por comportamentos desviantes, levou-o a cumprir pena de prisão durante 10 anos. Porém foi também essa prova que o fez acreditar que podia mudar de rumo e ser um exemplo para outros jovens com vidas adversas. Há 13 anos que aplica a sua experiência pessoal na prevenção de comportamentos de risco, tendo já trabalhado em associações que o encaminharam para um projeto de reabilitação social inovador.

A criação desta associação surgiu em consequência da constatação e identificação de problemáticas sociais e comunitárias graves, nomeadamente nos Bairros da Cova da Moura, 6 Maio, Zambujal 'concelho da Amadora' e Boavista 'concelho de Lisboa', intervindo atualmente com cerca de 120 jovens com idades compreendidas entre os 8 e os 18 anos.

O trabalho da Academia é desenvolvido na perspetiva do desenvolvimento individual, social e comunitário. Assenta nas competências pessoais a sua maior força, sabendo que se trata de um trabalho diário, persistente e abrangendo todas as áreas da vida destes jovens, na medida em que muitos dos problemas identificados, referem-se a situações de insucesso ou abandono escolar, que levam os jovens a permanecer nas ruas sem qualquer tipo de orientação e a exposição diária a comportamentos de risco.

O espaço encontra-se aberto das 9h às 21h, permitindo desta forma que o programa seja aplicado entre as 18h e as 19h, podendo no entanto este horário ser adaptado às necessidades dos jovens e seus horários escolares.

1.2 População Alvo

A população alvo que irá integrar o presente programa será constituída, por um grupo de 15 jovens, do género masculino e feminino, com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos, moradores no bairro da Cova da Moura.

2. Planificação do Programa

2.1. Objetivo Geral

Reduzir os comportamentos impulsivos nos jovens moradores no bairro da Cova da Moura, através do desenvolvimento de competências pessoais e sociais, assim como otimizar a prevenção de comportamentos transgressivos.

2.2. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos delineados para o presente programa são: aumentar as competências pessoais e sociais dos jovens; reduzir os comportamentos aditivos; prevenir os comportamentos sexuais de risco; prevenir os comportamentos transgressivos no âmbito do tráfico de estupefacientes; promover o envolvimento da família e da comunidade, como fator de proteção para a adoção de comportamentos de risco.

2.3. Indicadores de Atividade

Os indicadores de atividade definidos são os seguintes: número de jovens participantes no programa; número de sessões realizadas; grau de motivação dos jovens nas atividades propostas; grau da participação e envolvimento das famílias; balanço de competências – auto perceção; relação com a escola: notas escolares, predisposição para o investimento no percurso escolar, comportamento em contexto escolar.

2.4. Indicadores do Programa

Os indicadores do programa definidos são os seguintes: número de jovens abrangidos no programa, enquanto público-alvo em função do seu perfil: ambiente sociofamiliar, exposição a situações de risco em contexto comunitário, escolar e grupo de pares; tipo de contexto e enquadramento do desenvolvimento das atividades do programa; frequência das atividades do programa; fundamentação das alterações realizadas relativamente ao inicialmente previsto; hábitos de comportamentos transgressivos e delinquentes no meio envolvente aos adolescentes alvo do programa.

2.5. Instrumentos de Avaliação

Os instrumentos de avaliação que serão aplicados no programa são os seguintes: registo de presenças por sessão; balanço de competências; plano de desenvolvimento individual; portefólio reflexivo de aprendizagem; observação.

O registo de presenças irá permitir avaliar o número de jovens que participam no programa e será preenchido no início de cada sessão. O Plano de Desenvolvimento

Individual com cada jovem, que irá medir de forma qualitativa a evolução e resultados de cada jovem ao longo do programa. Este plano irá integrar: 1) dados pessoais do jovem e dados pessoais relevantes dos seus familiares; 2) uma análise situacional, em que serão identificadas todas as áreas mais relevantes da vida do jovem, procedendo-se a uma análise das situações identificadas, de forma a ser possível perceber o que necessita ser melhorado; 3) identificação de competências, que permita ao jovem uma consciencialização do que necessita para conseguir alcançar os seus objetivos; 4) Definição de metas e objetivos, que permitam ao jovem definir um novo projeto de vida; 5) Definição de estratégias que permitam alcançar os seus objetivos; Portefólio Reflexivo de Aprendizagem que permitirá a cada jovem realizar um trabalho de cariz biográfico, permitindo-lhe articular as suas experiências de aprendizagem e as suas vivências na construção da sua história de vida. O Portefólio Reflexivo de Aprendizagem será realizado ao longo de todo o programa. O Balanço de Competências irá permitir ao jovem uma reflexão sobre o seu percurso de vida, e a identificação dos seus pontos fortes e fracos, das suas experiências, competências e necessidades. Através da observação, será possível avaliar o desempenho dos jovens e o seu desenvolvimento relativamente às competências desenvolvidas nas sessões, que se irão manifestar no seu comportamento ao longo do programa.

2.6. Metodologia

O programa terá um total de 27 sessões, e serão trabalhados sete temas, divididos por sete módulos: 1) Sentimento de pertença; 2) confiança; 3) auto estima; 4) auto conhecimento; 5) regulação emocional; 6) resolução de conflitos; 7) comunicação. As atividades realizadas neste programa irão integrar dinâmicas de grupo, jogos pedagógicos, atividades desportivas e momentos de reflexão semanal, que servirá igualmente como momentos de encontro e partilha entre os jovens. Embora algumas das atividades apresentadas neste programa, sejam adaptadas de atividades já utilizadas com outros jovens que colaboram na Associação, muitas foram retiradas ou adaptadas dos livros: 83 Jogos Psicológicos para a Dinâmica de Grupos (Manes, 2004), Delinquências Juvenis: Trajectórias, Intervenções e Prevenção (Negreiros, 2001) ou adaptadas de sites de internet: Manual de Prevenção do Uso de Drogas ‘Humanus, Associação Humanidades’, 100 Jogos para Grupos de Jovens ‘Dinâmicas PJ’, Jornal Mundo Jovem.

2.7. Procedimento

A amostra utilizada neste programa será reunida no bairro da Cova da Moura, entre os jovens que participam em algumas atividades desenvolvidas pela Associação Academia do Johnson Semedo no âmbito do apoio escolar. Antes do início do programa será agendada uma reunião, com todos os jovens e seus encarregados de educação, para esclarecimento dos objetivos do programa, informações sobre a sua operacionalização e recolha da respetiva autorização, para a participação dos jovens.

2.8. Ações a Desenvolver

O programa Passo a Passo será composto por 27 sessões, que serão divididas em sete unidades temáticas. A primeira e a segunda sessão têm como objetivo promover o sentimento de pertença dos participantes, através da apresentação de todos os envolvidos, apresentação do programa e da equipa responsável pelo seu desenvolvimento, assim como o preenchimento do Balanço de Competências. Será igualmente desenvolvida uma dinâmica de grupo, com o objetivo de transmitir e partilhar a informação referente aos comportamentos de risco que podem resultar dos comportamentos impulsivos.

A unidade temática que corresponde à confiança, será composta pelas sessões três, quatro, cinco e seis, em que se pretende promover a capacidade de socialização, promover o diálogo e a capacidade para saber dar e receber um «feedback» positivo. A autoestima será trabalhada nas sessões sete, oito, nove e dez, em que se pretende promover a auto confiança, a desinibição e a comunicação verbal. O auto conhecimento, como um dos principais fatores inerentes ao crescimento pessoal de cada sujeito, será desenvolvido nas sessões onze, doze, treze e catorze. As sessões quinze, dezasseis, dezassete e dezoito, serão direcionadas para a regulação emocional, em que se pretende a aquisição de competências no âmbito da expressão emocional, das emoções positivas, do auto controlo, da consciencialização da diferença entre sentimentos e comportamento, assim como a consciencialização que a influência que as emoções negativas podem ter no comportamento e a capacidade de identificação de diferentes emoções. As sessões dezanove, vinte, vinte e um e vinte e dois, irão trabalhar as competências ao nível da resolução de conflitos. Nesta unidade, pretende-se que os jovens adquiram capacidade para identificar o problema, encontrem alternativas para uma possível solução, prevendo as suas diferentes consequências, decidindo pela alternativa mais adequada.

As últimas sessões, que correspondem às sessões vinte e três, vinte e quatro, vinte cinco e vinte e seis, irão ser desenvolvidas no âmbito da promoção de competências de comunicação, em que se pretende promover o reconhecimento dos diferentes estilos de comunicação, agressivo, passivo e assertivo, consciencializando os jovens para a sua importância, assim como a consciencialização da comunicação verbal e não-verbal.

A última sessão, que corresponde à sessão vinte e sete irá integrar uma reflexão final, relativamente ao desenvolvimento do programa, assim como o preenchimento do Balanço de Competências final, que irá permitir não só avaliar de forma qualitativa o desenvolvimento dos jovens, como irá permitir a devolução de resultados a cada jovem.

As atividades desportivas serão desenvolvidas semanalmente e serão compostas por 26 sessões.

Sessões para o desenvolvimento do sentimento de pertença (2 sessões)

Quem sou eu?

Objetivo: Promover o conhecimento entre os membros do grupo e identificar as suas expectativas em relação ao programa.

Material: Cartolina tamanho A5; canetas coloridas

Duração: 60 minutos

Procedimento: Distribuir aos participantes uma folha de cartolina e solicitar a todos que escrevam o seu nome, três características que os definam e que desenhem algo com que se identifiquem. De seguida, cada jovem deve fazer a sua apresentação ao grupo e todos devem refletir sobre o objetivo do trabalho proposto e partilhar o que sentiram ao fazê-lo.

Entrevista

Objetivo: Promover o conhecimento interpessoal e fomentar o diálogo.

Material: Nenhum

Duração: 60 minutos

Procedimento: O técnico deve solicitar aos participantes que se agrupem em pares e explicar que deverão entrevistar o seu parceiro (5 minutos para cada entrevista), referindo a sua formação escolar, os seus gostos e lazeres e os seus objetivos de vida.

De seguida, cada jovem deve apresentar o seu parceiro ao grupo. No final, todos devem refletir sobre o objetivo da sessão, a forma como se sentiram ao realizarem a atividade e qual a importância das relações interpessoais.

Sessões para a promoção da confiança (4 sessões)

Vamos confiar!

Objetivo: Estimular a confiança interpessoal e a socialização.

Material: Nenhum

Duração: 60 minutos

Procedimento: O técnico deve solicitar aos jovens que se coloquem dois a dois, frente a frente, mantendo uma distância física suficiente para incluir outra pessoa. A pessoa a ser incluída, deverá deixar o corpo firme, sem dobrar as pernas, mantendo os pés firmes no chão. Deverá então deixar-se cair para a frente e para trás, sendo apoiado pelos dois jovens, que o deverão segurar com firmeza sem o deixar cair. Todos os jovens devem participar na atividade. No final da sessão, todos devem refletir sobre o objetivo da atividade e o que sentiram ao realizá-la. Devem identificar os seus limites, inseguranças e medos ao nível da confiança interpessoal.

O cego

Objetivo: Estimular a confiança interpessoal e a socialização.

Material: Almofadas, cadeiras, mesas.

Duração: 60 minutos

Procedimento: O técnico deve informar s jovens que deverão entrar na sala um a um. De seguida, deverá especificar as regras individualmente, referindo as três regras básicas para a realização da atividade: todos devem manter os olhos bem fechados; todos vão ser conduzidos para dentro da sala, que já estará previamente preparada para a atividade, com mesas, cadeiras e almofadas, espalhadas por todo o espaço. De seguida, o técnico deverá dar a indicação aos jovens, que todos deverão circular pela sala, calmamente, de olhos bem fechados, explorando o espaço através do tato. Quando todos os jovens já tiverem iniciado a atividade, deverão continuar a circular pelo espaço, acelerando os seus passos e caminhando o mais rápido que

conseguirem. No final da sessão, todos os participantes devem refletir sobre o objetivo da atividade e sobre o que sentiram ao realizá-la.

Deitar e confiar

Objetivo: Promover a confiança interpessoal e estimular o diálogo.

Material: Manta, rádio, música.

Duração: 60 minutos

Procedimento: O técnico deverá estender uma manta no chão e solicitar a um dos jovens que se deite relaxadamente. De seguida deverá distribuir outros jovens à volta da manta, para que cada um dos jovens possa pegar numa das suas pontas. Quando todos estiverem devidamente posicionados devem levantar a manta e balançar o jovem que se encontra deitado. Após uns minutos devem colocar de novo a manta no chão, de forma que os restantes jovens os possam substituir na atividade e desta forma todos possam participar. No final da sessão, todos devem refletir sobre o objetivo da atividade realizada e expor ao grupo, o que sentiram e o que aprenderam ao longo da sessão.

O anúncio

Objetivo: Estimular a confiança, promover o diálogo e a partilha.

Material: Mesas, cadeiras, cartolinas, canetas, caixa.

Duração: 60 minutos

Procedimento: O técnico deve distribuir por cada jovem, uma cartolina (tamanho A5) e uma caneta. De seguida deve indicar aos jovens que escrevam um anúncio, que consista numa descrição pessoal, com o objetivo de cada um se vender a si próprio como amigo. Os jovens deverão definir as características pessoais mais relevantes, de forma que alguém tenha preferência por eles, no lugar de outro colega. Após esta tarefa, todos devem colocar os anúncios dentro de uma caixa. De seguida, o técnico deverá ler todos os anúncios em voz alta, permitindo aos jovens que identifiquem quem os escreveu, escolham um dos anúncios apresentados e justifiquem a sua escolha.

Sessões para a promoção da auto-estima (4 sessões)

O político

Objetivo: Promover a auto-estima e a auto-afirmação

Material: Nenhum

Duração: 60 minutos

Procedimento: O técnico deverá sugerir aos jovens que reflitam num partido político, projetem-se como responsáveis pelo partido, desenvolvam linhas programáticas e estratégias de ação. Após a reflexão, que deverá ter uma duração de 5 minutos, todos devem expor o seu partido e as suas linhas programáticas ao grupo. De seguida e imaginando que estão num oratório, todos devem argumentar as suas decisões, confrontando-se uns com os outros, de forma a defender os seus objetivos. No final da sessão, todos devem refletir sobre os objetivos da atividade, a forma como se sentiram ao realizá-la e com qual dos opositores ficaram mais impressionados.

As minhas qualidades

Objetivo: Desenvolver a auto-estima

Material: Nenhum

Duração: 60 minutos

Procedimento: O técnico deverá sugerir aos jovens que se sentem em círculo e que durante 2 minutos reflitam sobre 3 qualidades individuais. De seguida, cada jovem deve indicar em voz alta, de forma clara e segura as suas qualidades (tenho muito orgulho em ser.). Após a partilha individual, o técnico deve sugerir aos jovens que em grupos de 2 reforcem ou neguem as qualidades do colega, justificando a sua decisão e permitindo igualmente que todos justifiquem e defendam as qualidades indicadas. No final da sessão, todos devem refletir sobre a atividade e como se sentiram ao participar.

O que penso de ti

Objetivo: Promover a auto-estima e fomentar o diálogo

Material: Folhas, canetas, fita-cola.

Duração: 60 minutos

Procedimento: O técnico deverá solicitar aos jovens que coloquem uma folha com o seu nome, nas costas, presa por fita-cola. De seguida deve ser indicado aos

jovens que se coloquem de pé, em círculo, ficando apenas um dos jovens fora do círculo, que deverá escrever na folha de cada um, uma frase positiva sobre o colega em questão. De seguida, deverá integrar o círculo e ser substituído por outro colega que irá ocupar o seu lugar, para que todos os jovens participem na atividade. Após todos terem participado, todos devem ler individualmente e em voz alta o que foi escrito na sua folha e referir se concordam ou não, com o que foi escrito sobre si. No final da sessão, todos devem refletir sobre a atividade e como se sentiram ao participar.

O meu teatro

Objetivo: Promover a auto-estima e fomentar a partilha de sentimentos

Material: Adereços, cadeiras, rádio

Duração: 60 minutos

Procedimento: O técnico deverá indicar aos jovens que pensem num determinado tema, no âmbito dos problemas sociais do seu quotidiano. De seguida, os jovens devem preparar uma peça de teatro, em que todos devem participar. A peça deve ser iniciada apenas por metade dos participantes, que irão dramatizar um determinado problema social, dando posteriormente lugar aos restantes colegas para que possam terminar a peça. Todos os participantes devem ser criativos, valorizando-se individualmente. No final da sessão, todos devem refletir sobre a atividade e como se sentiram ao participar.

Sessões para promover o Auto conhecimento (4 sessões)

Quem sou eu?

Objetivo: Promover a capacidade para reconhecer as características pessoais

Material: papel e canetas

Duração: 60 minutos

Procedimento: O técnico deverá entregar a cada jovem uma folha e uma caneta, solicitando de seguida que escrevam de um lado da folha três virtudes e do outro lado três defeitos. De seguida, cada jovem deverá apresentar ao grupo o que escreveu, devendo os restantes membros do grupo comentar a apresentação. Após a apresentação de todos os jovens, deverá ser realizada uma reflexão sobre a importância de reconhecer

as nossas qualidades e os nossos defeitos e devem ser identificadas as principais dificuldades da realização desta atividade.

Que animal sou eu?

Objetivo: Compreender a relação entre a forma como os outros nos vêem e como nos percebemos.

Material: Folhas de papel e lápis

Duração: 60 minutos

Procedimento: O técnico deverá escrever os nomes dos elementos do grupo nas folhas e distribuí-las para que cada jovem fique com a folha que contém o nome de outro. De seguida deverá ser indicado a cada jovem que desenhe na folha um animal, que apresente características psicológicas idênticas à pessoa cujo nome está escrito na sua folha. Depois de todos os desenhos entregues, o técnico deverá fazer circular as folhas pelo grupo, e todos deverão anotar as observações sobre o desenho e as características do animal. De seguida, o técnico deverá distribuir novamente uma folha por cada jovem, dando a indicação que deverão nesse momento desenhar o animal que consideram que melhor os define a si próprios. No final da sessão, o técnico deverá ler em voz alta as características atribuídas pelo grupo ao animal de cada um, iniciando desta forma uma discussão sobre se o animal escolhido pelo colega, corresponde à visão que o próprio tem de si mesmo, justificando a sua análise.

A minha fotografia

Objetivo: Promover o autoconhecimento e a capacidade para aceitar críticas

Material: Folhas de cartolina; canetas

Duração: 60 minutos

Procedimento: O técnico deverá distribuir por todos os jovens, uma folha de cartolina e uma caneta, dando a indicação que cada um deverá personalizar a folha, com a sua identificação pessoal e todas as informações necessárias sobre si mesmo. De seguida, todas as cartolinas deverão ser expostas, de forma a todos os participantes lerem as informações sobre os colegas e comentarem cada «fotografia», de forma a procederem a uma análise sobre cada um dos colegas, identificando se o autor diz muito sobre si próprio, se demonstra alguma dificuldade de expressão, se demonstra dificuldade em expor as suas emoções e se apresenta dificuldade para comunicar aos

outros as suas características pessoais. No final da sessão, o grupo deverá refletir sobre o objetivo da atividade e as dificuldades sentidas ao realizá-la. O técnico deverá convidar os jovens que apresentaram mais dificuldades na atividade, para exporem novamente as suas características ao grupo e deverá evidenciar as características mais positivas, destes jovens.

Auto-retrato

Objetivo: Promover o autoconhecimento e a capacidade para auxiliar o próximo

Material: Folhas; lápis

Duração: 60 minutos

Procedimento: O técnico deverá distribuir uma folha e um lápis a cada jovem e indicar que cada um deve desenhar-se a si próprio. Quando todos terminarem devem passar o desenho ao colega do lado, que deverá acrescentar o que considerar necessário de forma a completar o desenho. No final da sessão, todos deverão identificar as dificuldades sentidas no decorrer da atividade e refletir sobre a importância do autoconhecimento e da necessidade de auxiliar o outro contribuindo desta forma para o seu crescimento pessoal.

Sessões para a promoção da regulação emocional (4 sessões)

As cores dos sentimentos

Objetivo: Promover a identificação e a expressão de sentimentos

Material: Tiras de papel de várias cores

Duração: 60 minutos

Procedimento: O técnico deverá indicar aos jovens que se concentrem durante 5 minutos, fechando os olhos e que reflitam e identifiquem os sentimentos e as emoções que estão a sentir no momento. Após esse momento, o técnico deverá indicar que cada jovem, em silêncio, retire uma folha, relacionando a sua cor, com os seus sentimentos. De seguida, os jovens deverão dividir-se em grupos, de acordo com as mesmas cores identificadas, devendo cada elemento do grupo, expor aos colegas a relação entre a cor escolhida e os seus sentimentos nesse momento. No final deste exercício, todos os participantes devem despedir-se uns dos outros e o técnico deverá indicar aos jovens

que estes deverão expressar os seus sentimentos nesse momento, através de uma forma dada às tiras de papel colorido. De seguida, os jovens deverão formar novos grupos, de acordo com a semelhança da forma dada às tiras de papel e deverão explicar ao grupo o significado da forma das tiras de papel. No final da sessão, todos devem refletir sobre o objetivo da atividade e identificar as dificuldades sentidas no decorrer da sua realização.

O reflexo

Objetivo: Identificar os diferentes sentimentos

Material: Folhas; canetas

Duração: 60 minutos

Procedimento: O técnico deverá distribuir por cada jovem, uma folha e uma caneta, solicitando a cada jovem, que desenhe faces que transmitam e identifiquem diferentes sentimentos e emoções. De seguida, cada jovem deverá dar um nome a cada sentimento e emoção identificado e deverá contar uma pequena história utilizando esses mesmos sentimentos identificados. No final da sessão, todos deverão refletir sobre o objetivo da atividade, sobre o fato de todos terem sentimentos, identificando a sua importância e as suas diferenças.

Sentimentos e comportamentos

Objetivo: Consciencializar para a diferença entre sentimentos e comportamentos. Reconhecer a influência negativa das emoções no comportamento.

Material: Nenhum

Duração: 60 minutos

Procedimento: O técnico deverá solicitar aos participantes que se sentem em círculo. De seguida, cada um dos jovens deve dar um exemplo de uma situação pela qual já tivesse passado, em que um determinado sentimento negativo, originou um comportamento mais específico e igualmente negativo. No final da sessão, todos devem refletir sobre o objetivo da atividade, identificando formas de evitar determinados comportamentos negativos, originados por sentimentos específicos.

Pintar as emoções

Objetivo: Promover a capacidade para identificar as diferentes emoções

Material: Folhas de papel branco e lápis de cor

Duração: 60 minutos

Procedimento: O técnico deverá indicar aos jovens que se sentem em círculo. De seguida deverá colocar as folhas e os lápis de cor, no centro do grupo e indicar que devem fazer um desenho e pintá-lo, com a cor que considerem que melhor defina o seu estado de espírito nesse momento. Após esta tarefa, os jovens deverão escolher a cor oposta e voltar a fazer o mesmo desenho, fazendo de seguida o mesmo com todas as cores intermédias. No final da sessão, todos devem refletir sobre o objetivo da atividade, identificando as alterações de sensação, à medida que iam desenhando com as diferentes tonalidades.

Sessões para promover a gestão de conflitos (4 sessões)

História - Problema

Objetivo: Promover a capacidade para a resolução de problemas e fomentar a capacidade para trabalhar em grupo

Material: Nenhum

Duração: 60 minutos

Procedimento: O técnico deverá solicitar ao grupo que nos primeiros 15 minutos da sessão, desenvolvam uma história que integre um determinado problema que exija uma resolução imediata. Cada elemento do grupo deverá ter um papel na história e posicionar-se face ao problema. De seguida, o grupo deve apresentar a sua história e apresentar as suas conclusões a nível individual. No final da sessão, todos devem refletir sobre o objetivo da atividade, refletindo sobre as consequências dos atos cometidos, a gestão dos conflitos existentes e relativamente à sensação de assumir o papel dos outros.

O conflito

Objetivo: Promover a capacidade para a gestão de conflitos

Material: Nenhum

Duração: 60 minutos

Procedimento: O técnico deverá indicar aos jovens que se dividam em dois grupos. O primeiro grupo deverá pensar num conflito, enquanto o outro terá que definir as etapas para a solução de conflitos. Posteriormente, o primeiro grupo irá representar um conflito, para que o outro grupo possa determinar a melhor forma para a sua

solução. Após a representação, todos devem refletir sobre as suas atitudes e sobre as soluções encontradas, devendo os grupos de seguida inverter os papéis, para que todos participem de forma ativa nas duas situações. No final da sessão, todos devem refletir sobre o seu objetivo e sobre as dificuldades sentidas na realização da atividade.

O julgamento

Objetivo: Promover a capacidade para a gestão de conflitos

Material: Nenhum

Duração: 60 minutos

Procedimento: O técnico deverá indicar ao grupo, que nos primeiros 10 minutos da sessão, defina uma situação-problema que tenha que ser decidida num tribunal. De seguida, os jovens devem formar dois grupos, em que um grupo irá representar a função de promotores e o outro grupo irá representar a função de advogados de defesa. Os jovens deverão desempenhar os papéis atribuídos durante 20 minutos, invertendo de seguida os papéis pelo mesmo período de tempo. No final da sessão, todos devem refletir sobre o seu objetivo, sobre as dificuldades sentidas e identificar em qual dos papéis se sentiram mais confortáveis a representar.

O confronto

Objetivo: Promover a capacidade de tolerância às críticas e às diferenças individuais

Material: Nenhum

Duração: 60 minutos

Procedimento: O técnico deverá indicar ao grupo que se sente em círculo. De seguida, cada jovem irá dizer ao colega que se encontra à sua direita, o que menos aprecia nele, identificando os seus defeitos. Todos os jovens devem permanecer em silêncio, não reagindo às críticas a seu respeito. De seguida, repete-se o mesmo exercício em sentido inverso, para que todos os jovens participem na atividade. No final da sessão, todos os jovens devem comentar e justificar individualmente as críticas feitas à sua pessoa e de seguida todos devem refletir sobre a forma como se sentiram ao serem criticados e ao criticar o colega.

Sessões para promover a comunicação (4 sessões)

A gravura

Objetivo: Desenvolver competências de comunicação e capacidade para reconhecer a diversidade na comunicação

Material: Fotografia/imagem; folhas brancas; canetas

Duração: 60 minutos

Procedimento: O técnico deverá apresentar uma imagem, solicitando aos jovens que a observem durante um minuto. De seguida deverá ser solicitado aos jovens que descrevam a imagem, registando-a numa folha. Após terem procedido ao seu registo, cada jovem, individualmente deve expor ao grupo a sua interpretação, que deverá dar origem a um debate coletivo sobre as diversas interpretações apresentadas. No final da sessão, todos devem refletir sobre as dificuldades inerentes à comunicação, sobre as diversas perceções e pontos de vista identificados na atividade, assim como a necessidade de cada um explicitar a sua interpretação, para desta forma fomentar uma melhor comunicação.

O conflito

Objetivo: Promover competências de comunicação

Material: Nenhum

Duração: 60 minutos

Procedimento: Deverá ser indicado ao grupo, que pense a nível individual, numa situação de conflito que tenha vivenciado e que gostaria de ter sido mais ouvido. De seguida, o técnico deverá indicar ao grupo que deverá dividir-se em grupos de dois. Tendo em conta os exemplos previamente apresentados, cada elemento do grupo deverá apresentar uma resposta do tipo passivo, agressivo ou assertivo (o técnico deverá garantir que no total do grupo serão identificados exemplos dos três tipos de comunicação), através da representação dos papéis correspondentes às situações criadas. No final de cada apresentação deverá ser discutido o tipo de resposta utilizada. No final da sessão, todos devem refletir sobre as dificuldades sentidas no decorrer da atividade e os jovens devem ser conduzidos pelo técnico a concluir que a assertividade corresponde ao melhor tipo de comunicação.

Jornal falado

Objetivo: Promover a expressão verbal e a criatividade

Material: Revistas; jornais; cola; tesoura; cartolina

Duração: 60 minutos

Procedimento: O técnico deverá colocar à disposição do grupo, diversas revistas e jornais, indicando que o grupo deverá dividir-se em grupos de dois. Com base nas informações contidas nas revistas e jornais, os jovens deverão selecionar um tema e apresentá-lo oralmente, ilustrando com o cartaz em cartolina. Para o efeito, poderão recortar, colar e fazer montagens, utilizando o material previamente disponibilizado. Após a apresentação de todos os temas, os jovens deverão comentar a apresentação dos colegas, referindo se compreenderam, ou não, a sua comunicação. No final da sessão, todos devem refletir sobre a facilidade ou dificuldade com que desempenharam a tarefa, principais dificuldades sentidas, assim como a importância da objetividade e clareza na transmissão da mensagem.

A história

Objetivo: Promover a capacidade de comunicação

Material: Cartolinas; canetas

Duração: 60 minutos

Procedimento: O técnico deverá indicar aos jovens que pensem num determinado tema, de forma a desenvolverem uma história. De seguida, um dos jovens deverá dar início à atividade, fazendo um desenho que deverá estar relacionado com o tema selecionado previamente. De seguida, cada jovem deverá dar continuidade, fazendo outro desenho relacionado com o primeiro, de forma a dar-lhe continuidade, desenvolvendo desta forma uma história, que identificará não só uma situação-problema, como também as suas causas e consequências. No final da sessão, os jovens devem refletir sobre o objetivo da sessão, a importância da comunicação e devem identificar as dificuldades sentidas ao realizarem a atividade.

Atividades desportivas (26 sessões)

Sessões de desporto

Objetivo: Promover a coesão de grupo, o cumprimento de regras e a capacidade para a gestão de conflitos; Fomentar a comunicação e promover competências de escuta.

Material: Bola de futebol; Equipamento desportivo

Tempo: 60 minutos

Procedimento: As sessões no âmbito da atividade desportiva irão consistir na realização de jogos de futsal. Cada sessão irá contemplar o treino de competências ao nível da regulação emocional, da coesão de grupo, da gestão de conflitos, do cumprimento de regras e da comunicação. Através destas sessões, pretende-se trabalhar os jovens tanto a nível individual como coletivo. Transversalmente a estas competências, a atenção e concentração, a motivação, a auto confiança, o delineamento de objetivos e estratégias para os alcançar e a tomada de decisão, são competências que serão igualmente inseridas nestas atividades.

Reflexão/avaliação final (1 sessão)

Objetivo: Promover a consciencialização da importância dos programas de prevenção no âmbito das transgressionalidades juvenis

Material: Nenhum

Duração: 60 minutos

Procedimento: Aplicação do Balanço de Competências; Reflexão crítica sobre o desenvolvimento do programa.

Estrutura Organizativa e Gestão do Programa

Constituição da Equipa

A equipa será constituída por uma Psicóloga Forense e da Exclusão Social, por um Agente de Educação Familiar e Treinador de Futsal, por um Técnico de Intervenção Social da Santa Casa da Misericórdia da Amadora e por um jovem de 18 anos que cumpriu medida tutelar educativa, com a duração de 3 anos, em Centro Educativo.

O desenvolvimento das atividades ao longo do programa, será diretamente articulado entre a Psicóloga Forense e da Exclusão Social e o jovem que cumpriu medida tutelar educativa, na medida em que esta articulação permitirá aliar simultaneamente a formação académica e experiência profissional, com a experiência de vida deste jovem, no âmbito de comportamentos criminais, permitindo desta forma, uma maior complementaridade no trabalho a desenvolver no âmbito da prevenção.

Parcerias

No âmbito de qualquer programa de prevenção, as parcerias realizadas com outras instituições, tornam-se fundamentais, na medida em que assumem um papel muito importante em todo o programa, seja na sua elaboração, na sua aplicação ou na sua avaliação. No programa Passo a Passo, iremos contar com a colaboração das seguintes instituições:

Santa Casa da Misericórdia da Amadora, que irá disponibilizar um Técnico de Intervenção Social, que irá colaborar no programa, no âmbito do apoio social necessário aos jovens e seus familiares.

Câmara Municipal da Amadora, através da disponibilização de espaços para o desenvolvimento das atividades.

Agrupamento de Escolas D. João V e Agrupamento de Escolas Dr. Azevedo Neves, através da articulação de trabalho com a equipa responsável do programa, facultando as informações necessárias relativamente ao rendimento escolar e comportamento dos jovens.

Psijus – Associação para a Intervenção Juspicológica, enquanto entidade que responsável pela avaliação externa do programa.

Calendarização do Programa

O programa Passo a Passo terá uma duração de sete meses, tendo início em outubro e terminando em abril. As sessões serão desenvolvidas duas vezes por semana, promoção de competências e atividades desportivas, durante este período incluindo as férias de Natal e Páscoa. Se a equipa considerar necessário o reforço de alguma sessão ou um maior investimento a nível individual com algum dos jovens abrangidos ou seus familiares, estas sessões deverão decorrer na mesma semana. O trabalho a realizar no contexto familiar dos jovens será desenvolvido de forma transversal a todo o programa, adaptando o seu desenvolvimento à disponibilidade e necessidades dos participantes.

Supervisão Técnica

A supervisão técnica do programa será da responsabilidade de um Técnico da Santa Casa da Misericórdia da Amadora, uma vez que o programa contará com a participação ativa de um Técnico de Intervenção Social.

Avaliação Interna

A avaliação interna do programa será realizada numa primeira fase do programa através do balanço de competências e entrevista às famílias para recolha de informação e desta forma delinear estratégias de intervenção. No decorrer do programa, a avaliação será realizada através do registo de presenças por sessão, do plano de desenvolvimento individual e do «portefólio» reflexivo de aprendizagem.

Na fase final do programa será novamente aplicado o balanço de competências, de forma a ser possível avaliar o desenvolvimento dos jovens ao longo das atividades. Através da observação irá avaliar-se o desenvolvimento dos jovens no decorrer do programa. Serão igualmente realizadas reuniões de equipa semanais, com o objetivo de avaliar o desenvolvimento dos participantes, partilhar informações, alinhando o trabalho entre todos os envolvidos na operacionalização do programa.

Avaliação Externa

A avaliação externa do programa será da responsabilidade da Psijus – Associação para a Intervenção Juspicológica.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento e a aplicação dos programas de prevenção primária no âmbito das transgressionalidades juvenis é uma das áreas de intervenção da Psicologia Forense e da Exclusão Social. O desenvolvimento do programa de prevenção Passo a Passo, destina-se a jovens moradores no Bairro da Cova da Moura, com idades compreendidas entre os catorze e os dezoito anos, não só porque estamos a considerar uma faixa etária que por si só está associada a fatores de risco muito elevados, como consideramos igualmente os contextos em que os jovens estão inseridos diariamente, tanto a nível familiar como comunitário.

Perante os elevados fatores de risco a que estes jovens são expostos diariamente, torna-se desta forma fundamental, dota-los das competências necessárias para que não adoptem comportamentos de risco, no âmbito dos comportamentos aditivos, comportamentos sexuais de risco e tráfico de estupefacientes. Muitos destes comportamentos derivam de comportamentos impulsivos, sendo por isso da máxima importância intervir ao nível da prevenção deste tipo de comportamentos.

Desta forma o presente programa tentou incorporar diversos fatores que estão envolvidos neste tipo de comportamentos, tentando intervir igualmente ao nível da família e da comunidade, articulando o trabalho com uma equipa multidisciplinar de forma a ser possível uma maior complementaridade do trabalho, através da partilha de saberes, técnicas e recursos necessários. As sessões coletivas de promoção de competências em conjunto com as sessões individuais e as atividades desportivas programadas, têm como objetivo intensificar o desenvolvimento de competências necessárias para a aquisição dos resultados do programa, na medida em que haverá um trabalho articulado pela equipa, que passará não só por uma maior capacidade de conhecimento de cada jovem, como por uma maior capacidade para identificar e intensificar as sessões necessárias a cada jovem e sua família.

A intervenção do jovem que já cumpriu medida tutelar educativa irá igualmente ser uma mais-valia no desenvolvimento do programa, na medida em que sendo da mesma faixa etária que a população alvo poderá contribuir com a partilha da própria experiência de vida, no âmbito dos comportamentos relacionados com consumos, tráfico de estupefacientes e comportamentos sexuais de risco, muitas vezes adotados no seguimento de comportamentos impulsivos.

Outro dos fatores a ter em consideração na implementação deste tipo de programas, nestes contextos específicos, é a capacidade da equipa técnica e muitas vezes as limitações com que se deparam diariamente, não só muitas vezes os fracos recursos humanos e financeiros disponíveis, como a elevada disponibilidade emocional exigida aos técnicos, assim como a capacidade para a tolerância à frustração necessária a este tipo de intervenções e que frequentemente fazem a diferença no trabalho desenvolvido e nos resultados pretendidos com os jovens. No entanto e mesmo perante muitas dificuldades e limitações temos a maior confiança e certeza, quanto à pertinência deste programa, face à visível necessidade de intervenção com jovens inseridos nestes contextos, intervindo diretamente ao nível da prevenção, porque temos que continuar a acreditar que «Um outro mundo é possível se assim o quisermos».

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, J. L. P. (1997). *Introdução à psicopatologia compreensiva*. (2ª Ed.) Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Almeida, J. M. R. (2003). *Adolescência e Maternidade*. (2ª Ed). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Akers, R. L. (1979). Theory and ideology in Marxist criminology. In: *Criminology*. Volume 16(4), pp. 527-544.
- Araújo, M. M., Malloy-Diniz, L. F., & Rocha, F. L. (2009). Impulsividade e acidentes de trânsito. *Revista Psiquiatria Clínica*. Volume 36 (2):60-8. Acedido em 10 de novembro de 2014, em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832009000200004
- Arce, E., & Santisteban, C. (2006). Impulsivity: A review. *Psicothema*. Volume 18, n.º 2, pp. 213-220. Acedido em 10 de novembro de 2014, em <http://www.psicothema.com/pdf/3200.pdf>
- Batista, A. C. A., & Rueda, F. J. M. (2011). Construção e estudos psicométricos de uma Escala de Avaliação da Impulsividade. *Psico-USF*, vol.16, no.3, Itatiba [online]. Acedido em 10 de novembro de 2014, em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712011000300005
- Barratt, E. S. (1993). Impulsivity: integrating cognitive, behavioral, biological, and enviromental data. In: W. G. McCown, J. L. Johnson & M. B. Shure (Eds.). *The impulsive client: Theory, research, and treatment* (pp. 39-53). Washington, DC: American Psychological Association.
- Barratt, E. S. (1959). Anxiety and impulsiveness related to psychomotor efficiency. *Perceptual and Motor Skills*. V. 9 (2), pp. 191-198.
- Baumrind, D. (1965). Parental control and parental love. *Children*, 12(6), 230- 234.
- Benavente, R. (2002). Delinquência Juvenil: Da disfunção social à psicopatologia. *Análise Psicológica*, 4 (XX): 637-645. Acedido em 21 de fevereiro de 2015, em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v20n4/v20n4a08.pdf>
- Born, M. (2005). *Psicologia da Delinquência*. Lisboa: Climepsi Editores.

- Braconnier, A., & Marcelli, D. (2000). *As mil faces da adolescência*. Lisboa: Climepsi.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The Ecology of Human Development: Experiments by nature and design*. Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts.
- Brown, R. (2002). *Risk factors for substance abuse in adolescents*. Pediatric Clinics of North America, V. 49. n.º 2. Acedido em 25 de abril, de 2015, em http://apps.einstein.br/alcooledrogas/novosite/atualizacoes/as_124.htm
- Carvalho, J. (1990). Comportamentos desviantes. In B. P. Campos (Ed.). *Psicologia do Desenvolvimento e Educação de Jovens* (pp. 214-249). Lisboa: Universidade Aberta.
- Carvalho, M. (2010). *O Desenvolvimento Local e a Imigração Cabo-verdiana: um olhar sobre a comunidade da Cova da Moura*. Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais: Análise e Gestão. Orientada pelo Professor Doutor Rogério Roque Amado, Professor Associado do ISCTE –IUL. Acedido em 18 de abril de 2015, em <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/5251/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Maria%20Livramento%20G.pdf>
- Castro, M., & Rosa, L. (2010). *Factores de Risco e Proteção na Prevenção do Uso Indevido de Drogas*. Acedido em 18 de novembro de 2014, em http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.7/GT_07_01_2010.pdf
- Clark, L., Iversen, S. D., & Goodwin, G. M. (2001). A neuropsychological investigation of prefrontal cortex involvement in acute mania. *American Journal of Psychiatry*; 158, 1605–1611.
- Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10. (1993). *Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas*. Porto Alegre: Artmed.
- Cordeiro, M. (1997). *Dos 10 aos 15 anos - Adolescentes e Adolescência*. Lisboa: Quatro Margens.
- Cordeiro, T., & Bonfim, A. (2011). Fatores de risco e implicações da gravidez na adolescência: Uma busca nas evidências científicas. *Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades*, (pp. 1-11). Centro de Convenções da Bahia, setembro 04-06, 2011, Brasil.
- Cruz, J. A. (1996). *Manual de psicologia do desporto*. Braga: Lusografe.

- Cruz, O. M. S. R., & Borges. M. I. P (1992). A impulsividade infantil: algumas reflexões sobre o conceito. *Revista de Psicologia e de Ciências da Educação* (1992), 34: 57-65. Acedido em 10 de novembro de 2014, em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/13449/2/81640.pdf>
- Cunha, C. F. M. (2014). *Fatores de risco e protetores da delinquência juvenil em jovens com medida tutelar educativa*. Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de Mestre em Psicologia - Especialização em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante. Sob orientação de Doutora Raquel Matos e Doutora Lurdes Veríssimo. Faculdade de Educação e Psicologia. Acedido em 21 de fevereiro de 2015, em http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/15170/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_CI%C3%A1udia%20Cunha.pdf
- Cusson, M. (2006). *Criminologia*. Cruz Quebrada, Lisboa: Casa das Letras.
- Dias, M. C. S. (2012). *Fatores de Risco na Delinquência Juvenil. O Grupo de Pares, a Impulsividade e o Consumo de Drogas*. Universidade do Porto. Dissertação apresentada no Mestrado Integrado em Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pelo Professor Doutor Jorge Negreiros. Acedido em 22 de novembro de 2014, em <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/67771/2/91210.pdf>
- Dib, M. (2008). Transtornos de Personalidade e Imputabilidade Penal. Trabalho de Conclusão de Curso (especialização). Sob a orientação do Professor Doutor Sérgio Luís Nunes, da Escola de Saúde do Exército, Programa de Pós-Graduação em Aplicações Complementares às Ciências Militares. Acedido em 13 de novembro de 2014, em http://www.essex.ensino.eb.br/doc/PDF/PCC_2008_CFO_PDF/CD77%201%BA%20Ten%20Al%20MONICA%20DIB.pdf
- Dickman, S. J. (1990). Functional and dysfunctional impulsivity: personality and cognitive correlates. *Journal of Personality and Social Psychologist*, 58(1), 95-102.
- Erikson, E. (1963). *Childhood and society*. New York: W.W. Norton & Company Inc. (Trabalho original publicado em 1950).
- Feldman, R. (2001). *Compreender a Psicologia*. Amadora: Mc Graw-Hill Edições. 1ª Edição em 1987.

- Filho, A., & Guzzo, R. (2006). Fatores de risco e de proteção: percepção de crianças e adolescentes. *Temas em Psicologia*, Volume 14, n.2. Acedido em 21 de fevereiro de 2015, em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2006000200003
- Fonseca, H. (2002). *Compreender os adolescentes: Um desafio para pais e educadores*. Lisboa: Editorial Presença.
- Formiga, N., Aguiar, M., & Omar, A. (2008). Busca de sensação e condutas anti-sociais e delitivas em jovens. *Psicologia Ciência e Profissão*. Print version ISSN 1414-9893. Psicol. cienc. prof. vol.28 no.4, 668-681. Brasília.
- Gallo, A., & Williams, L. (2005). Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v.7, n.1, 81-95.
- Genovés, V., & Latorre, M. J. (1995). *La prevencion de la delincuencia: el enfoque de la competencia social*. Valência: Ed. Tirant lo Blanch.
- Gray, J. A. (1987) *The psychology of fear and stress*. (2nd Ed.) .Cambridge: Cambridge, England:Cambridge University Press.
- Gudjonsson, G. H., & Sigurdsson, J. F. (2007). Motivation for offending and personality. A study among young offenders on probation. *Personality and Individual Differences*, 43, 1243-1253.
- Hirschi, Travis (1969), *Causes of Delinquency*. Berkeley, University of California Press.
- Kim. S., & Lee. D. (2012). Corteza prefrontal y toma de decisiones impulsiva *Psiquiatria Biológica*. Vol. 19, nº 2, Abril 2012 – Junio 2012. Acedido em 15 de novembro de 2014, em <http://www.elsevier.es/es-revista-psiquiatria-biologica-46-articulo-corteza-prefrontal-toma-decisiones-impulsiva-90148234>
- Hittner, J. B., & Swickert, R. (2006). Sensation seeking and alcohol use: A meta-analytic review. *Addictive Behaviours*, 31, 1383-1401.
- Kohlberg, L. (ed.). (1984). *Essays on Moral Development, Vol. II. The Psychology of Moral Development: The Nature and Validity of Moral Stages*. San Francisco, CA: Harper & Row, pp. 498–581.
- Hoyle, R. H. (2006). Personality and self-regulation: trait and information processing perspectives. *Journal of Personality*, 74(6), 1507-1525.

- Malheiros, J. M. (Coord.), Mendes, M. (Coord.), Barbosa, C. E., Silva, S. B., Schiltz, A., & Vala, F. (2007). Espaços e expressões de conflito e tensão entre autóctones, minorias migrantes e não migrantes na área metropolitana de Lisboa. Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).
- Manes, S. (2004). *83 Jogos Psicológicos para a Dinâmica de Grupos*. Paulus Editora; 5ª edição.
- Manneheim, H. (1985). *Criminologia comparada*. II volume. Hermann Manneheim. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Martins, J., & Gomes, P. (2011). Identidade, desvio e reputação no grupo de pares. *Antropológicas*, nº 12, 67-73.
- Mendes, L. (2008). Urbanização clandestina e fragmentação socio-espacial urbana contemporânea: o Bairro da Cova da Moura na periferia de Lisboa. *Revista da Faculdade de Letras do Porto - Geografia Série II, Volume II*, pp. 57-82.
- Menezes, I. (1990). Desenvolvimento no Contexto Familiar. In *Psicologia do desenvolvimento e educação dos jovens*. Volume II, pp. 51-91. Lisboa: Universidade Aberta.
- Moreira, P. (2001). *Para uma prevenção que previna*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Morel, A., Boulanger, M., Herde, F., & Tonnelet, G. (2001). *Prevenção das Toxicomanias*. Lisboa: Climepsi.
- Najt, P., Perez, J., Sanches, M., Peluso, M. A. M., Glahn, D., & Soares, J. C. (2007). Impulsivity and bipolar disorder. *European Neuropsychopharmacology*, 17(5), 313–320.
- Nardi, F., & Della'aglio, D. (2010). Delinquência Juvenil: Uma revisão teórica. *Acta Colombiana de Psicologia*, vol. 13, no. 2, 69-77. Acedido em 20 de fevereiro de 2015, em http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-91552010000200007
- Negreiros, J. (2001). *Delinquências Juvenis: Trajectórias Intervenções e Prevenção*. Lisboa: Noticias Editorial.
- Patton, J. H., & Stanford, M. S. (2011). Psychology of Impulsivity. In Jon E. Grant & Marc N. Potenza (Eds). *The Oxford Handbook of Impulse Control Disorders* (pp. 262–278). New York, NY: Oxford University Press.
- Patton, J. H., Stanford, M. S., & Barratt, E. S. (1995). Factor Structure of the Barratt Impulsiveness Scale. *Journal of Clinical Psychology*, 51, 768-784.

- Pérez, E. J. P. (2009). Evaluación de la impulsividad funcional y disfuncional en adictos a sustancias mediante el Inventario de Dickman. *Psicothema*, 21, nº 4, pp. 585-591. Acedido em 15 de novembro de 2014, em <http://www.psicothema.com/pdf/3675.pdf>
- Perna, R. B. (2010). Impulsivity, shortsighted decisions, and discounting [Review of the book *Impulsivity: The behavioral and neurological science of discounting*, by G. J. Madden & W. K. Bickel (Eds.)]. *PsycCritiques*, 55(8), Article 1. doi:10.1037/a0019044.
- Pervin, Lawrence A., & John, Oliver P. (2004). *Personalidade, teoria e pesquisa*. 8ª Edição. Porto Alegre: Artmed Editores.
- Piaget, J. (1993). *A Psicologia da Criança*. Lisboa: Edições Asa.
- Poiares, C. (2008). Justiça, Exclusão Social e Psicologia ou Estranhas formas de vida. In ARS IV DINCANDI, Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Castanheira Neves, volume 1, do *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*. Coimbra Editora, 967-981.
- Ramirez, F. C. (2001). *Condutas agressivas na idade escolar*. Amadora: McGraw-Hill Editora.
- Richman, J., & Fraser, M. (2001). *The context of youth violence resilience, risk and protection*. Westport, CR: Praeger.
- Rodrigues, V. A., & Gonçalves, L. (2004). *Patologia da personalidade: teoria, clínica e terapêutica*. 2ª edição. Lisboa. Serviço de Educação e Bolsas Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rozin, L., & Zagonel, I (2012). Fatores de risco para dependência de álcool em adolescentes. *Acta Paulista de Enfermagem*, vol.25, no.2. São Paulo.
- Scharfetter, C. (2005). *Introdução à psicopatologia geral*. (3ª Ed). Lisboa: Climepsi Editores.
- Scheffer, M., & Almeida, R. M. (2010). Consumo de álcool e diferenças entre homens e mulheres: comportamento impulsivo, aspetos cognitivos e neuroquímicos. *Revista Neuropsicologia Latinoamericana*, Vol 2. No. 3, 1-11. Acedido em 08 de novembro de 2014, em http://neuropsicolatina.org/index.php/Neuropsicologia_Latinoamericana/article/download/39/36

- Schmidt, V., Messoulam, N., Molina, M. F., & Abal, F. (2006) Abuso de alcohol en adolescentes: factores familiares y disposicionales disparadores del abuso. Consideraciones acerca del género. *Premio Facultad de Psicología Universidad de Buenos Aires*, 1 (1): 9-29.
- Sierra, J. C., Jiménez, E. M., & Casal. G. B. (2006). *Psicologia forense: manual de técnicas y aplicaciones*. Madrid. Ed: biblioteca nueva.
- Siever, L. J. (2008). Neurobiology of aggression and violence. *The American Journal of Psychiatry*, 165(4), 429-442.
- Sprinthall, N. A., & Collins W.A (2003). *Psicologia do Adolescente: Uma abordagem desenvolvimentista*. (3ª Ed). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Squillace, M., Janeiro, J. M., & Schmidt. V. (2011). El concepto de impulsividad y su ubicación en las teorías psicobiológicas de la Personalidad. *Revista Neuropsicologia Latinoamericana*, ISSN 2075-9479, Vol. 3. No. 1, 8-18.
- Sutherland, E. H. (1939). *Principles of criminology*. Chicago, Lippincott.
- Tafate, R. C., & Mitchell, D. (2014). *Forensic CBT: A handbook for clinical practice*. Chichester , West Sussex, UK: Wiley.
- Vasconcelos, T. C., Gouveia, V. V., Pimentel, C. E., & Pessoa, V. V. (2008). Condutas desviantes e traços de personalidade: testagem de um modelo causal. *Estudos de Psicologia*, 25 (1), 55-65.
- Vilela, L. Fernandes, G., Dias, G., Lima, C. P., Lopes, R., & Gesta, C. (2011) Caracterização de uma consulta de pedopsiquiatria – primeira infância de um Hospital Central. Sociedade Portuguesa de Pediatria. *Acta Pediátrica Portuguesa*, 42(3):104. Acedido em 10 de novembro de 2014, em <http://actapediatrica.spp.pt/article/view/4228/3132>
- Vitulano , M. L. (2010). *Contextual Influences on Associations Between Impulsivity and Risk-Taking and Child Delinquency*. Master's Thesis, University of Tennessee, Knoxville. Acedido em 23 de novembro de 2014, em http://trace.tennessee.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1672&context=utk_gradthes
- Wasserman, G. A., Keenan, K., Tremblay, R. E., Coie, J. D., Herrenkohl, T. I., Loeber, R., et al. (2003). *Risk and Protective Factors of Child Delinquency*. U.S. Department of Justice. Office of Justice Programs. Office of Juvenile Justice and

Delinquency Prevention. Acedido em 20 de novembro de 2014, em <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/ojjdp/193409.pdf>

Weiner, I. (1995). *Perturbações Psicológicas na Adolescência*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Whiteside, S. P., & Lynam, D. R. (2001). The five factor model and a impulsivity: Using a structural model of personality to understand impulsivity. *Personality and individual Differences*, n.º 30, pp. 669-689.

Winstanley, C. A., Eagle, D. M., & Robbins, T. W. (2006). Behavioral models of impulsivity in relation to ADHD: translation between clinical and preclinical studies. *Clinical Psychology Review*, 26, 379–395.

Zuckerman, M. (1971). Dimensions of sensation seeking. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 36 (1), 45-52.

APÊNDICES

Apêndice I - Balanço de Competências

Balanço de Competências

	Sim	Não
Sou capaz de trabalhar sozinho sem ajuda		
Tenho iniciativa própria		
Sou capaz de definir objetivos		
Assumo responsabilidades		
Sou capaz de manter uma rotina		
Tenho uma imagem positiva de mim próprio		
Assumo riscos, não tenho medo de fracassar		
Lido bem com as críticas		
Consigo controlar as minhas emoções		
Sei quais são as emoções que me levam a ter comportamentos negativos		
Sou capaz de me adaptar a situações novas		
Sou capaz de me manter atento/concentrado numa tarefa		
Sou capaz de terminar uma tarefa antes de começar outra		
Consigo esperar e até mesmo adiar a recompensa pelo meu trabalho		
Pondero as vantagens e os riscos das minhas decisões		
Sou capaz de pedir e aceitar ajuda		
Comunico de forma clara e coerente		
Sei reconhecer os diferentes tipos de comunicação (agressivo; passivo; manipulativo; assertivo)		
Sou capaz de falar em público		
Sei apresentar-me		
Escuto e respeito a opinião dos outros		
Sou capaz de manter-me fora de conflitos		
Quando tenho um problema, sou capaz de pensar em várias soluções		
Dentro das várias soluções, sou capaz de decidir a que melhor responde ao meu problema		
Sou capaz de partilhar opiniões pessoais		
Sou capaz de recusar ordens com as quais não concordo		
Sei distinguir entre “devo fazer” e “quero fazer”		
Tenho curiosidade e desejo de aprender coisas novas		
Consigo pôr em prática as ideias que tenho		
Sou capaz de criar e experimentar novas formas de fazer as coisas		

Apêndice II - Folha de Presenças.

FOLHA DE PRESENÇAS

Data: ____/____/____

Sessão n.º: ____

Nome	Assinatura

Apêndice III - Consentimento Informado

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Psicologia e Ciências da Vida

Exmo. (a) Encarregado (a) de Educação,

No âmbito do Mestrado de Psicologia Forense e da Exclusão Social, venho por este meio solicitar a autorização de V. Exa. para a participação do vosso educando no programa *Passo a Passo*, que irá ser desenvolvido na Associação Academia do Johnson Semedo.

O programa terá a duração de sete meses e irá integrar um conjunto de sessões de desenvolvimento pessoal e atividades desportivas, tendo como objetivo reduzir os comportamentos impulsivos, no âmbito da prevenção de comportamentos transgressivos na adolescência.

Eu, _____, Encarregado (a) de Educação de _____, **AUTORIZO** o meu educando a participar no programa *Passo a Passo*.

O _____ encarregado de educação _____

Eu, _____, Encarregado (a) de Educação de _____, **NÃO AUTORIZO** o meu educando a participar no programa *Passo a Passo*.

O _____ encarregado (a) de educação _____

Data: ____/____/____

Apêndice IV - Portefólio Reflexivo de Aprendizagem

Portefólio Reflexivo de Aprendizagem

Autobiografia

Textos com uma sequência cronológica (por data e por ordem); Texto único e de forma encadeada; Reflexão sobre o que aprendeu com cada episódio, o impacto que teve na sua vida e como isso o fez olhar de forma diferente para o futuro.

A minha fotografia

Apresentação de forma livre; Descrever-se através de imagens e/ou palavras, valorizando os aspetos positivos, mostrando quem é, como é, o que gosta, o que sabe, o que gostaria de ser e de saber.

O filme da minha vida

Presente; Passado; Futuro. Construir um novo percurso.

Ontem: como fui

Hoje: como sou

Amanhã: como serei

Percurso de vida pessoal

A infância e a juventude (momentos mais significativos); As pessoas mais importantes da minha vida (tipo de relação, contributo que tiveram na minha vida, o que aprendi com elas, o que lhes ensinei) Árvore genealógica (nomes, pais, avós, irmãos, etc); A minha primeira infância (contexto em que nasci); Os meus interesses (o que faço nos tempos livres, o que gostaria de fazer).

Percurso de vida escolar e formativo

O meu percurso escolar; O que recordo de positivo e negativo da minha vida escolar no ensino (algum professor ou disciplina que me tenha marcado de forma positiva ou negativa); A formação profissional que já obtive (nome do curso, entidade formadora, duração, aprendizagens adquiridas).

Percurso de vida social e cívica

O meu percurso ao nível da participação cívica, cidadania e associativismo.

Apêndice V - Grelha de observação

Grelha de Observação

Nome: _____

Data: ____ / ____ / ____

	Muito			
	Bom	Bom	Razoável	Fraco
Iniciativa	☐	☐	☐	☐
Participação nas atividades	☐	☐	☐	☐
Cumprimento de objetivos	☐	☐	☐	☐
Motivação	☐	☐	☐	☐

	Muito	Bom	Razoável	Fraco
	Bom			
Conhecimento do tema	☐	☐	☐	☐
Capacidade de comunicação	☐	☐	☐	☐
Capacidade de Expressão	☐	☐	☐	☐
Linguagem utilizada	☐	☐	☐	☐

	Muito	Bom	Razoável	Fraco
	Bom			
Relação entre colegas	☐	☐	☐	☐
Autoconfiança	☐	☐	☐	☐
Autocontrolo	☐	☐	☐	☐
Flexibilidade	☐	☐	☐	☐

Comportamento Verbal

Comportamento Não-verbal

Observações gerais
